

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

1 - Preâmbulo

1.1 - A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis, Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, e nas condições fixadas neste edital e seus anexos, representada pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria n.º 0784/2017-GRE, de 07 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado, n.º 9882, de 08 de fevereiro de 2017, realizará Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA, tipo “Menor Preço”, por lote, em regime de empreitada por preço global, para a conclusão do Bloco de Salas de Aula de Pós-Graduação e a Construção do Espaço Multiuso (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**. Os envelopes **A**, contendo a documentação de HABILITAÇÃO, e envelopes **B**, contendo a PROPOSTA DE PREÇO, deverão ser protocolados conjuntamente na **Área de Protocolo Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), à Avenida Tarquínio Joslim dos Santos, 1300, Polo Universitário, CEP 85.870-650 - Foz do Iguaçu, Paraná, até às 08h30min do dia 16 de novembro de 2017**. A abertura dos envelopes **A**, contendo a documentação de Habilitação dar-se-á no mesmo local indicado acima, às 09h30min horas do dia 16 de novembro de 2017. Havendo a concordância da Comissão de Licitação e de todos os proponentes, formalmente expressa pela assinatura da Declaração de Renúncia, conforme modelo constante no Anexo III, ou através de inserção e assinatura em ata, renunciando à interposição de recursos da fase de Habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes **B**, contendo as Propostas de Preços dos proponentes habilitados anteriormente. Caso a empresa proponente opte por apresentar a Declaração de Renúncia, conforme modelo constante no Anexo III, a mesma poderá ser entregue ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação no início ou durante a sessão pública da fase de Habilitação, ou ser enviada dentro do envelope contendo a documentação de Habilitação (Envelope A). O presente edital se encontra em conformidade com o Decreto Estadual n.º 2.452, de 07 de janeiro de 2004.

1.2 - O Edital de licitação poderá ser impugnado, motivadamente por qualquer cidadão em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, ou por qualquer interessado em participar da licitação, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas.

1.3 - Esclarecimentos relativos a presente licitação somente serão prestados quando solicitados formalmente à Comissão Permanente de Licitação, na Avenida Tarquínio Joslim dos Santos, 1300, Polo Universitário, CEP 85.870-650 - Foz do Iguaçu, ou pelo *e-mail* licitacao.foz.unioeste@gmail.com .

2 - Do Objeto

Constitui objeto desta CONCORRÊNCIA a seleção de propostas visando a **empreitada por preço global, para a conclusão do Bloco de Salas de Pós-Graduação e a Construção do Espaço Multiuso (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamento Básico em Planilha Orçamentária, Cronograma Físico e Financeiro, e Projeto Executivo, conforme condições, especificações e valores constantes no Lote 01 e Lote 02, e nos termos deste edital e demais anexos.

2.1 - Compõem esta Convocação Geral, além das condições específicas, constantes do corpo do Edital, os seguintes documentos:

- 2.1.1 - Anexo I - Modelo de Carta de Credenciamento;
- 2.1.2 - Anexo II - Modelo de Declaração de Idoneidade;
- 2.1.3 - Anexo III - Modelo de Declaração de Renúncia;
- 2.1.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Observância do Inciso XXXIII do Artigo 7.º da CF;
- 2.1.5 - Anexo V.a - Modelo de Declarações;
- Anexo V.b - Modelo de Declaração de Cumprimento de Normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Anexo V.c - Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;
- 2.1.6 - Anexo VI - Modelo de Declaração de que cumpre as normas ambientais, na forma do Decreto Estadual n.º 6.252/06;
- 2.1.7 - Anexo VII - Modelo de Declaração de que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 2.1.8 - Anexo VIII - Memorial Descritivo;
- 2.1.9 - Anexo IX - Orçamento Básico em Planilha Orçamentária;
- 2.1.10 - Anexo X - Modelo de Cronograma Físico e Financeiro;
- 2.1.11 - Anexo XI - Projeto Executivo;
- Anexo XI.a - Atestado de Vistoria;
- 2.1.12 - Anexo XII - Modelo de Proposta Comercial;
- 2.1.13 - Anexo XIII - Minuta de Contrato;
- 2.1.14 - Anexo XIV - CD contendo: Modelo de Carta de Credenciamento, Modelo de Declarações, Memorial Descritivo, Orçamento Básico em Planilha Orçamentária, Modelo de Cronograma Físico e Financeiro, Projeto Executivo, Modelo de Proposta Comercial, Projeto Arquitetônico e demais Projetos Complementares.

3 - Aquisição do Edital

3.1 - O presente edital e demais informações encontram-se à disposição para verificação por parte dos interessados junto à **Comissão Permanente de Licitação - CPL**, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), na Avenida Tarquínio Joslim dos Santos, 1300, Polo Universitário, CEP 85.870-650 - Foz do Iguaçu, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo **Fone: (45) 3576.8102**, ou ainda nas *home-pages* www.unioeste.br e www.foz.unioeste.br. **Se caso necessário, possíveis modificações, retificações ou adequações realizadas no edital, serão divulgadas e disponibilizadas aos interessados no endereço eletrônico UNIOESTE-Reitoria e UNIOESTE-Campus de Foz do Iguaçu, bem como divulgadas na Imprensa Oficial, ficando sob responsabilidade dos interessados acompanhar as eventuais publicações suplementares realizadas pela UNIOESTE-Campus de Foz do Iguaçu, e solicitar seus envios, se necessário.**

4 - Informações Técnicas Complementares

4.1 - Fica estabelecido que as especificações e toda a documentação da licitação são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado válido, considerando-se, sempre, os seguintes critérios:

a) em caso de divergência entre os desenhos e as especificações de serviços prevalecerá sempre as especificações de serviços.

b) todos os materiais e/ou especificações contidos em um projeto e não contidos em outro deverão ser considerados.

c) em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões, medidas em escala, prevalecerão sempre as cotas dos desenhos.

4.2 - Os materiais a serem utilizados na obra serão fornecidos pela contratada, e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento, utilização ou remoção de entulho, deverão estar incluídos nos preços unitários para os diferentes serviços.

4.3 - Os materiais que forem utilizados na obra deverão ser novos e de qualidade comprovada, obedecer às especificações dos serviços e aprovados pela Fiscalização da Diretoria de Planejamento Físico da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, e demais profissionais nomeados pela Contratante, antes de sua aquisição ou aplicação.

5 - Condições de Participação na Licitação

5.1 - Poderão participar da presente licitação, todos os interessados pertencentes ao ramo pertinente ao objeto desta licitação.

5.2 - Não poderão participar da presente licitação, os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.3 - Não poderão participar da presente licitação, os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.4 - Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, os profissionais e empresas enunciados no art. 16 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

5.5 - Não será admitido o encaminhamento de documentação e de proposta por fac-símile, e-mail e/ou Internet.

5.6 - Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, os profissionais e empresas enunciados nos incisos I, II e III do art. 9.º da Lei Federal n.º 8.666/93, **além de demais agentes públicos impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação legal, ou aquele ainda que exerceu ou exerce um *munus* público e participou direta ou indiretamente na elaboração do edital de licitação.**

5.7 - É vedada ainda a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;
- c) empresa que esteja sob concurso de credores, dissolução, liquidação, concordata, processo de falência ou recuperação judicial, nos termos da nova Lei de Falências (art. 52, inciso II da Lei Federal n.º 11.101/2005), e que direta ou indiretamente mantenha sociedade ou participação com servidor(es) ou dirigente(s) ligado(s) a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise;
- c.1) considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;
- d) empresa em regime de subcontratação, ou que esteja constituída sob a forma de consórcio ou cooperativa, ou que seja controlada, coligada ou subsidiária entre si qualquer que seja a forma de constituição, e inclusive a terceirização dos serviços que forem contratados pela Administração, por parte da licitante, exceto se expressamente disposto em edital;**

- e) empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Federal, Estadual ou Municipal;
- f) empresa que esteja em situação irregular perante as Fazendas: Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS;
- g) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- h) empresa que esteja temporariamente suspensa para participar de licitação e impedida de contratar com a UNIOESTE;
- i) empresa que esteja suspensa, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, em qualquer um dos Poderes, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial.

5.8 - Na presente licitação é vedada a participação de empresas que possuam mesmos sócios e/ou mesmos representantes em comum, às quais estarão sujeitas à desclassificação de suas propostas, além de penalização conforme previsto em lei. Tal medida deve-se à necessidade de se evitar a quebra do sigilo das propostas.

5.9 - O proponente participante na presente licitação deverá estar devidamente autorizado pelos órgãos fiscalizadores do setor a prestar os serviços objeto desta licitação, devendo manter em seu poder os documentos comprobatórios, que poderão ser consultados a qualquer momento pela UNIOESTE, cabendo, neste caso, à empresa participante, a apresentação dos mesmos junto aos órgãos competentes.

5.10 - Antes da abertura dos envelopes Habilitação, a Comissão Permanente de Licitação realizará consultas para verificar a situação cadastral de todos os licitantes que estejam participando deste certame. As consultas serão efetuadas diretamente no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR, nos termos do Decreto Estadual n.º 9762/13, de 19 de dezembro de 2013, e suas alterações, disponível no endereço eletrônico: www.comprasparana.pr.gov.br visando assim verificar registros de sanções aplicadas, conforme disposto abaixo:

Art. 4º O CFPR será de acesso e consulta prévia obrigatórios a todos os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta do Estado para:

I – celebração de convênios, acordos, ajustes, contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros;

II – repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos; e

III – registros das sanções aplicadas às pessoas físicas e jurídicas.

Parágrafo Único. A existência de registro de sanções no CFPR poderá constituir impedimento à realização dos atos aos quais este artigo se refere, conforme o disposto na Lei Estadual n.º 15.608, de 16/08/2007.

5.11 - Havendo alguma sanção impeditiva de participação em licitações no âmbito do Estado do Paraná, e em pleno vigor, a proposta apresentada pela empresa inadimplente não será aceita, ficando portanto impedida de participar do certame, sendo que os envelopes Habilitação e Proposta serão devolvidos indevassados ao titular ou representante legal da empresa (caso esteja presente), ou encaminhados via correio à empresa.

5.12 - A consulta de que trata o Item 5.10 acima, para as empresas que na data de abertura das propostas não estiverem cadastradas no GMS/CFPR, ocorrerá após o prazo previsto no item 12.2.3, deste edital, ocasião em que, verificado o registro de sanções vigentes, na forma do Item 12.2.5, será tornada sem efeito sua adjudicação e homologação.

5.13 - As empresas participantes deverão efetuar, por sua conta, visita técnica ao local dos serviços, obtendo todas as informações necessárias para o fiel cumprimento do disposto neste edital, não podendo alegar, durante a execução da obra, desconhecimentos ou falhas na planilha de serviços. A visita técnica é OBRIGATÓRIA e estendida a todas as empresas, sob pena de inabilitação, sendo que a vistoria deverá ser realizada obrigatoriamente pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO da empresa, e no máximo em até 01 (um) dia útil antes da data da abertura dos Envelopes Habilitação. O proponente participante receberá uma via do Atestado de Vistoria, devidamente assinado pela Administração, conforme descrito no Anexo XI.a. Para efetuar a visita, as empresas deverão contatar a Secretaria Administrativa do Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pelo fone: (45) 3576.8115, no horário das 08:00 às 12:00 ou ainda das 13:00 às 17:00 horas, onde será indicado o servidor responsável, que acompanhará os visitantes e prestará todos os esclarecimentos possíveis, sendo que esclarecimentos técnicos deverão ser prestados diretamente pelo engenheiro Paulo Henrique Gris, na Diretoria de Planejamento Físico da UNIOESTE, por meio do e-mail obras@unioeste.br.

6 - Forma de apresentação dos Envelopes “A” e “B” e da Carta de Credenciamento

6.1 - Os envelopes **A** e **B**, contendo, respectivamente, a documentação referente à habilitação, e a proposta de preço, deverão ser protocolados preferencialmente pelo proponente em envelopes opacos (que não sejam transparentes), mantendo desta forma o sigilo dos documentos, conforme estabelecido no § 3.º, Art. 3.º, da Lei Federal n.º 8.666/93 (sob pena de não o fazendo, acarretar a possibilidade de desclassificação de sua proposta), na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

6.1.1 - CONCORRÊNCIA N.º 002/2017
ENVELOPE **A** - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: _____

6.1.2 - CONCORRÊNCIA N.º 002/2017
ENVELOPE **B** - PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE: _____

6.2 - O proponente deve PROTOCOLAR OBRIGATORIAMENTE os envelopes na ÁREA DE PROTOCOLO GERAL DA UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, no endereço citado no preâmbulo, até a data e horário máximo estipulado, sob pena de desclassificação. NÃO SERÁ ACEITO EM HIPÓTESE ALGUMA, NENHUM OUTRO LOCAL OU TIPO DE PROTOCOLO QUE NÃO SEJA O DA UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, bem como não será permitido atraso, mesmo que involuntário, considerando-se como horário de entrega o PROTOCOLADO SOMENTE PELA UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu.

6.3 - Caso o proponente encaminhe uma pessoa física, ou um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, sócio(s) ou titular(es) da empresa (legalmente identificado e munido de documento de identificação pessoal com foto), para assim deliberar em seu nome, praticando todos os atos pertinentes ao procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento, conforme modelo constante no Anexo I, ou ainda formalizar uma procuração por instrumento público ou outro documento equivalente, na forma da lei e em plena validade, nomeando o representante legal para representá-lo junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), com poderes para acordar, discordar, interpor e/ou manifestar a desistência da interposição de recursos, assinar atas de reuniões, cumprir exigências, prestar declarações, firmar compromissos, requerer e transigir em nome do proponente, bem como para acompanhar as demais ocorrências em relação à presente licitação, sendo que o documento poderá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação na data de abertura dos envelopes A. Poderá também ser enviada dentro do envelope A (de Habilitação), ou ainda em um terceiro envelope.

6.4 - Caso o proponente deseje participar pessoalmente da sessão, é dispensável a apresentação da carta de credenciamento, procuração por instrumento público ou outro documento equivalente, devendo neste caso ser apresentado o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (acompanhado de todas as alterações efetuadas, se houverem), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, ou Registro Comercial, se empresa individual, ou inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício, em se tratando de sociedade civil, sendo que em todos os casos acima, deverá constar dentre os objetivos sociais a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação, sendo que os documentos, em apreço, deverão estar acompanhados de todas as alterações efetuadas, ou de documento consolidado, devidamente registrados na Junta Comercial ou em órgão equivalente, se for o caso. Os documentos poderão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação na data de abertura dos envelopes A. Poderão também ser enviados dentro do envelope A (de Habilitação), ou ainda em um terceiro envelope. Ainda, em todos os casos acima, os documentos em apreço deverão estar acompanhados da Certidão da Junta Comercial, para fins de demonstração de que efetivamente são os que estão em vigor, conforme estabelecido no sub-item 7.1.1, alínea “b”, deste edital, devendo em todos os casos, obedecer também ao disposto no item 7.3 do edital.

6.5 - Todo e qualquer documento referente à esta licitação, ao ser exigido pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, deverá ser apresentado imediatamente pelo proponente, pois não será concedido prazo sob hipótese alguma, para apresentação de documentação

durante ou após a realização deste certame.

6.6 - Cada licitante terá um único representante nesta licitação que, por sua vez, somente poderá representar uma única empresa licitante.

6.7 - Caso o envelope com a indicação externa “DOCUMENTAÇÃO” não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação determinará a abertura do envelope de “PROPOSTA DE PREÇO”, cujo conteúdo deverá ser a documentação para prosseguimento do certame, fechando novamente o envelope aberto anteriormente.

6.8 - Caso a empresa participante inadvertidamente tenha colocado quaisquer um dos documentos solicitados neste edital, os quais deveriam por exemplo, estar no Envelope A (de Habilitação), e foram colocados no Envelope B (de Proposta de Preços), ou vice-versa, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação terá a prerrogativa legal de efetuar a abertura do envelope, retirando os documentos necessários a fim de realizar a conferência destes visando a participação do licitante, devendo imediatamente fechar novamente o envelope aberto, constando esta ocorrência em ata.

7 - Documentação referente à Habilitação

7.1 - O envelope A, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificações técnica e econômico-financeira, deverá conter:

7.1.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

a) declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade que tenha sido expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante no Anexo II.

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor **acompanhado de todas as alterações efetuadas, se houverem**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, ou Registro Comercial, se empresa individual, ou inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício, em se tratando de sociedade civil.

b.1) em todos os casos acima, deverá constar dentre os objetivos sociais a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação, sendo que os documentos, em apreço, deverão estar acompanhados de todas as alterações efetuadas, ou de documento consolidado, devidamente registrados na Junta Comercial ou em órgão equivalente, se for o caso.

b.2) ainda, em todos os casos acima, os documentos em apreço, deverão estar acompanhados da Certidão da Junta Comercial, para fins de demonstração de que efetivamente são os que estão em vigor.

b.3) caso o proponente participe pessoalmente da sessão, e portanto apresente a

documentação exigida conforme estabelecido no item 6.4 deste edital, a empresa participante ficará isenta de nova apresentação dos documentos descritos na alínea “b” acima.

7.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (Alvará) ou Estadual (CICAD), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação.

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que esta poderá estar atestada pelos órgãos expedidores.

g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que esta poderá estar atestada pelos órgãos expedidores.

h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440, de 07 de julho de 2011 e regulamentada a sua expedição pela Resolução Administrativa n.º 1.470, de 24 de agosto de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho, a ser requerida via internet pelos sites: www.tst.jus.br; www.csjt.jus.br e www.trt2.jus.br;

7.1.3 - Para comprovação da qualificação técnica:

a) certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade. Os proponentes que forem sediados em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscritos no CREA ou CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente (somente se adjudicatários), visto junto ao CREA ou CAU do Estado licitante, por força do disposto na Lei Federal n.º 5.194/66, de 24 de dezembro de 1966, em consonância com a Resolução n.º 2.65/79, de 15 de dezembro de 1979, do CONFEA.

b) declaração conforme Anexo V.a, composta por:

- declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de que apresentará profissional devidamente habilitado(a) pelo CREA ou CAU, responsável pela obra, responsável técnico(a) na gerência dos serviços, indicando o nome e o número da inscrição junto ao CREA ou CAU, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou no Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), relativo aos serviços objeto da presente licitação;
- declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de que, se considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, manterá representante (preposto/a), da empresa para a execução das cláusulas contratuais, referente à execução da obra;
- declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de que, se considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico qualificado para a execução da obra, e que os mesmos encontram-se devidamente registrados em CTPS, perante o Ministério do Trabalho;
- declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de que, se considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá dos equipamentos necessários à execução da obra;
- declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de que recebeu e/ou obteve acesso a todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação.

c) declaração conforme Anexo V.b, composta por:

- declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de cumprimento de Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego (NRs 10, 18 e 24), referente à execução da obra.

d) declaração conforme Anexo V.c, composta por:

- declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de comprovação de um profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto (para os Lotes 01 e 02), vinculado à este (direta ou indiretamente). Juntamente com esta declaração, a empresa proponente deverá apresentar uma comprovação de vinculação do profissional ao quadro da empresa, à qual deverá ser feita mediante uma das seguintes formas: Carteira de Trabalho; Certidão do CREA ou CAU; Contrato Social, devendo obedecer ao disposto no item 7.3 deste edital.

e) apresentação de no mínimo 01 (um) atestado ou certidão, ou ainda declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante ou o profissional vinculado à esta (Engenheiro Civil ou Arquiteto, direta ou indiretamente), executado obra compatível em características com o objeto desta licitação, devidamente registrada no CREA ou CAU, através do Acervo Técnico respectivo. **Esclarecemos que o atestado, certidão ou declaração a ser apresentada, deverá ter o visto ou chancela do CREA ou CAU, e deverá estar obrigatoriamente acompanhado do respectivo Registro ou Certidão de Acervo Técnico, fornecido pelo CREA ou CAU. Entende-se como edificação compatível em características, a execução de edificação com no mínimo 485,00 m² de área construída (em uma única obra) para o lote 01 e 350,64 m² de área construída (em uma única obra) para o lote 02 . Enfatizamos que o Atestado, Certidão ou Declaração a ser apresentado não poderá ser cumulativo, ou seja, a área mínima exigida deverá ser de uma única edificação, não podendo ser o somatório de ART's/RRT's ou CAT's. Enfatizamos ainda que a licitante poderá apresentar um único atestado para concorrer nos dois lotes, desde que o referido atestado atenda a metragem mínima exigida para o lote com maior metragem a ser construída.**

7.1.4 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei Federal n.º 9.854/99, de 27/10/99, conforme modelo constante no Anexo IV.

c) declaração, assinada pelo titular ou representante legal do proponente, de cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 6.252/06, de 22 de março de 2006 (critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente), conforme modelo constante no Anexo VI.

7.1.5 - Regras específicas sobre a documentação de comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, e de qualificações técnica e econômico-financeira, aplicável às Microempresas - ME, ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, e suas alterações:

a) no caso de Microempresa - ME, ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, a empresa licitante deve apresentar a declaração de enquadramento nessas situações, conforme modelo constante no Anexo VII (ou ainda poderá apresentar a certidão expedida pela Junta Comercial, de acordo com o art. 8.º da Instrução Normativa n.º 103/2006 do DNRC, publicada no D.O.U. de 22/05/2007), diretamente ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no início da sessão de abertura dos envelopes A. Poderá também ser enviada dentro do envelope A (de Habilitação), ou ainda em um terceiro envelope.

b) as microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, ficam obrigadas a apresentar toda a documentação exigida em edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que estas apresentem alguma restrição, sob pena de inabilitação.

c) havendo alguma restrição nos documentos apresentados para comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, para apresentação de nova documentação já isenta das restrições apresentadas anteriormente, visando desta forma, a comprovação da regularidade.

d) a não-regularização da documentação, no prazo estabelecido acima, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria, sendo facultada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.1.6 - O CNPJ informado nos documentos de habilitação deverá ser o mesmo constante da proposta comercial. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

7.1.7 - Sem prejuízo do disposto no Art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, eventuais falhas ou irregularidades sanáveis nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento desta Licitação, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante a verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.1.8 - Para fins de habilitação, a verificação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constitui meio legal de prova.

7.1.9 - Os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, serão verificados e certificados pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

7.1.10 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante poderá ser inabilitada.

7.2 - Os documentos que não especificarem a data de validade, terão validade de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados a partir de sua emissão, exceto se houver previsão de prazo diferente na própria certidão, com exceção feita também no caso de atestados ou certidões de capacidade técnica. As declarações solicitadas devem estar devidamente assinadas, sob pena de desclassificação.

7.3 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação mediante conferência da cópia com o original (esta autenticação poderá ser feita durante a sessão, desde que o proponente tenha enviado a cópia no envelope de documentação - Envelope A, e apresente o original até o momento da análise de seus documentos), ou ainda através de publicação em órgão de Imprensa Oficial, excetuando-se apenas certidões ou documentos emitidos via Internet, que poderão ser cópias sem autenticação, mas que ficarão condicionadas à verificação da veracidade no sítio do órgão responsável. Caso estas certidões ou documentos emitidos pela Internet estejam com a data de validade expirada, mas que possuam outras emitidas em plena validade, a empresa proponente não será inabilitada. Todos os documentos apresentados para o presente certame, deverão estar dentro de seu prazo de validade, sob pena de inabilitação do proponente. Os documentos poderão ser apresentados respeitando a sequência constante no presente Edital, e se possível, não contendo folhas soltas ou sem a devida paginação. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos relacionados neste edital, nem aqueles apresentados através de fax. Considerando as disposições estabelecidas em lei, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação terá a prerrogativa legal de efetuar o saneamento da fase habilitatória, de documentos que contenham vícios meramente formais e portanto possíveis de serem sanados, através de consultas via Internet a serem efetuadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, sendo que os saneamentos efetuados na sessão, bem como as demais ocorrências verificadas, deverão ser constadas em ata.

7.4 - Não serão autenticados documentos cujos originais sejam apresentados após a conclusão de fase de análise dos documentos, bem como não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios”.

7.5 - As empresas que apresentarem o CRC - Certificado de Registro Cadastral, de qualquer órgão da Administração Pública em plena validade, substituirá a apresentação dos documentos enumerados no item 7.1.1, alínea “b”; item 7.1.2, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”; e item 7.1.4, alínea “b”. O CRC - Certificado de Registro Cadastral, deverá ter a data de validade expressa no documento.

7.6 - As empresas que apresentarem o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CFPR (conforme Decreto Estadual n.º 9762/13, de 19 de dezembro de 2013), em plena validade, substituirá a apresentação dos documentos enumerados no item 7.1.1, alínea “b”; item 7.1.2, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h”; e item 7.1.4, alíneas “a” e “b”. O Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CFPR, deverá ter a data de validade expressa no documento.

8 - Proposta de Preço

8.1 - A proposta de preço - Envelope **B** - devidamente assinada pelo titular ou representante legal do proponente, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e conter:

a) Proposta Comercial, conforme Anexo XII, a qual deverá conter:

- **PARA O LOTE 01** - preço para a conclusão da obra do Bloco de Salas de Pós-Graduação (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE), do Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, considerando o valor de R\$ 370.099,20 (trezentos e setenta mil, noventa e nove reais e vinte centavos), como preço máximo para o Lote 01 desta licitação, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como despesas com materiais novos e de primeira qualidade, mão-de-obra, transportes, ferramentas, equipamentos, taxas de administração, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto do presente certame;
- **PARA O LOTE 02** - preço para a obra de Construção do Espaço Multiuso (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE), do Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, considerando o valor de R\$ 717.722,56 (setecentos e dezessete reais, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), como preço máximo para o Lote 02 desta licitação, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como despesas com materiais novos e de primeira qualidade, mão-de-obra, transportes, ferramentas, equipamentos, taxas de administração, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto do presente certame;
- O prazo de validade da(s) proposta(s) fica estabelecido como sendo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do protocolo constante no envelope **B**.

b) orçamento discriminado em preços unitários, bem como seus totais e somatório, para o objeto desta licitação, de acordo com o orçamento básico em planilha orçamentária constante no Anexo IX.

c) cronograma(s) físico(s) e financeiro(s), para o objeto desta licitação, contendo as etapas de execução, de acordo com o modelo constante no Anexo X, levando-se em consideração o prazo máximo de execução dos serviços, que será de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para o Lote 01 e 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para o Lote 02, e serão contados a partir da expedição da(s) Ordem(ns) de Execução de Serviços. **Salientamos ainda que as empresas licitantes deverão cotar todos os serviços que compõem o(s) Lote(s) que apresentarem proposta(s), sob pena de desclassificação, sendo que os valores do(s) Lote(s) 01 e/ou 02, a ser informados pelas empresas vencedoras, não podem ser superiores ao máximo estipulado no Lote deste edital.**

d) na proposta de preços e na emissão da nota fiscal, a empresa proponente deverá observar o Decreto Estadual n.º 1.980, de 21 de dezembro de 2007 - “Isenção de ICMS”. (o referido ato normativo tem sua origem no Convênio CONFAZ 26/03, do qual o Estado do Paraná é signatário e estabelece tratamento diferenciado para as operações realizadas pela administração pública com empresas paranaenses), além do Decreto Estadual n.º 3.503, de 14 de dezembro de 2011, e suas alterações.

e) solicitamos que a empresa participante apresente uma via digital da Planilha Orçamentária e do Cronograma Físico e Financeiro (através de CD, o qual poderá ser anexado ao Envelope Proposta), preenchendo somente as células já demarcadas previamente pela DPF – Diretoria de Planejamento Físico da UNIOESTE. Este procedimento visa a conferência no ato da abertura dos envelopes Proposta. Salientamos que a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico e Financeiro, não deverão sofrer alterações em relação aos modelos encaminhados no CD original, o qual contém todos os anexos do presente edital.

8.1.1 - A empresa proponente deverá observar todas as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, sob pena de não o fazendo, acarretar a possibilidade de desclassificação de sua proposta, além das demais penalidades previstas neste Edital, não podendo ultrapassar os valores máximos do Lote 01 e para o Lote 02, já estipulados em edital, sob pena de não aceitação da proposta.

8.1.2 - Aceitação do edital: A apresentação da proposta sem interposição de impugnações, pedido de esclarecimentos ou providências, implica na aceitação plena e total das condições deste edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93.

8.1.3 - Solicitamos a discriminação no corpo da nota fiscal dos impostos IR, INSS, ISSQN, CSLL, PIS/PASEP e COFINS a serem retidos na fonte, percentuais e valores.

8.1.4 - Se a empresa está dispensada das retenções, esta deverá discriminar no corpo da nota fiscal a lei e o artigo a que se refere a isenção, e emitir declaração; caso contrário, os valores dos impostos serão retidos.

9 - Procedimento

9.1 - Serão abertos os envelopes **A**, contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes

e procedida a sua apreciação.

9.2 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 7 deste Edital, com exceção apenas de microempresas ou empresas de pequeno porte, obedecidas as prerrogativas constantes do subitem 7.1.5, letra “c”, deste edital.

9.3 - Os envelopes **B**, contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

9.4 - Serão abertos os envelopes **B**, contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

9.5 - Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 8 deste edital, e com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis. **Considerando as disposições estabelecidas em lei, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação terá a prerrogativa legal de efetuar o saneamento de propostas que contenham vícios meramente formais e portanto possíveis de serem sanados, sendo que os saneamentos efetuados na sessão, bem como as demais ocorrências verificadas, deverão ser constadas em ata.** Após, proceder-se-á ao julgamento e classificação das propostas restantes, de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

9.6 - Poderá a comissão optar pela suspensão dos trabalhos para análise mais acurada, se assim entender necessário.

9.7 - Havendo suspensão dos trabalhos, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação informará o dia, hora e local em que serão reiniciados os trabalhos, ficando cientes, desde logo, os licitantes presentes e fazendo a comunicação direta, por meio eletrônico de comunicação à distância ou correspondência postal aos que indicaram representantes e aos que se ausentaram após a abertura da sessão.

9.8 - A ata do certame será disponibilizada no *site* www.unioeste.br, para livre acesso, após o encerramento da sessão pública.

9.9 - O julgamento e classificação das propostas ocorrerá de acordo com o estabelecido no item 10 deste edital.

9.10 - Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor, observado o disposto no Item 12.1 e seguintes deste edital.

10 - Critério de Julgamento

10.1 - A presente licitação é do tipo “**MENOR PREÇO**” por lote, e será julgada dentro desse critério, para o **LOTE 01** e para o **LOTE 02**. Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o **Menor Preço Global para o Lote 01 e para o Lote 02 desta licitação**, respeitado o critério de aceitabilidade de preços, fixado no item **11.1** deste edital.

10.2 - Será desclassificada a proposta de preço que:

- a) ultrapassar o(s) valor(es) máximo(s) fixado(s) no item **11.1** deste edital, relativo ao Lote(s) que deseja participar, a saber, Lote 01 e Lote 02, os quais compõe o edital licitado;
- b) deixar de cotar qualquer dos serviços constantes no Lote(s) que deseja participar, a saber, Lote 01 e Lote 02, o(s) qual(is) compõe a presente licitação;
- c) alterar quantidade constante na(s) planilha(s) orçamentária(s);
- d) cotar valor(es) global(is) manifestamente inexecutável(is), para o lote licitado que participar;
- e) não atender as exigências contidas no presente edital.

10.3 - A Comissão de Licitação julgará e classificará as propostas, por lote, por ordem numérica crescente e desclassificará as que cotarem valores manifestamente inexecutáveis, ou não atenderem as exigências contidas no presente edital ou seus anexos.

10.4 - Havendo empate entre duas ou mais propostas, será assegurada primeiramente a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, de 14/12/2006. Caso não ocorram as condições informadas na lei mencionada, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados, desde que preliminarmente observado o disposto no inciso II do § 2.º do art. 3.º da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.4.1 - A identificação do proponente como Microempresa - ME, ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, deverá ser feita na forma do subitem 7.1.5, deste edital.

10.5 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço.

10.6 - Para efeito do disposto no item **10.5** deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá após a comunicação formal do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e dentro do prazo máximo de 03 (três dias úteis), sob pena de preclusão do direito, protocolar nova proposta de preços inferior à primeira classificada, situação esta em que passará à condição de primeira classificada do certame. O envelope contendo a nova proposta de preços deverá estar devidamente fechado e rubricado no fecho externo, e deverá ser protocolado no seguinte endereço: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), à Avenida Tarquínio Joslim dos Santos, 1300,

Polo Universitário, Foz do Iguaçu, Paraná, CEP 85.870-650, em nome da Comissão Permanente de Licitação.

b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item **10.5** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no item **10.5** deste edital, será realizado sorteio entre estas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.7 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item **10.5** deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

10.8 - O disposto nos itens **10.4**, **10.5** e **10.6** deste edital, somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.9 - A não utilização por parte das empresas proponentes dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/06, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, leva ao entendimento de que estas não têm interesse em seu uso, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

10.10 - A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal n.º 8.666/93 e, ainda, implicará na aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

11 - Critério de Aceitabilidade de Preços

11.1 - Serão desclassificadas as propostas, por serem considerados excessivos, os preços superiores a R\$ 370.099,20 (trezentos e setenta mil, noventa e nove reais e vinte centavos), para o Lote 01, referente à empreitada por preço global, para a conclusão do Bloco das Salas do Bloco de Pós-Graduação (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE) e preços superiores a R\$ 717.722,56 (setecentos e dezessete mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), para o Lote 02, referente a obra da Construção do Espaço Multiuso (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE).

12 - Prazos e demais Condições do Contrato

12.1 - O(s) prazo(s) máximo(s) para a execução do(s) contrato(s) e para a entrega do objeto da presente licitação é de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para o Lote 01 e de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para o Lote 02, e serão contados a partir da expedição da Ordem de Execução de Serviços. Atenção! Os prazos para as duas obras poderão correr de forma concomitante.

ATENÇÃO! CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORES DO ESTADO DO PARANÁ - GMS/CFPR

12.2 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado e homologado o objeto do certame, conforme abaixo:

12.2.1 - Nos termos do Decreto Estadual n.º 9762/13, de 19 de dezembro de 2013, e suas alterações, em especial o contido no § 4.º, do artigo 1.º, **a empresa homologada neste certame, para celebrar o respectivo contrato, DEVERÁ ESTAR CREDENCIADA NO GMS/CFPR, no qual será verificada a manutenção das condições de habilitação por meio do Certificado de Regularidade Fiscal emitido pelo referido sistema, bem como não poderá estar inscrita no CADIN Estadual (Cadastro Informativo Estadual - Decreto Estadual n.º 1933/15, de 17 de julho de 2015).**

12.2.2 - Todos os procedimentos relacionados ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR, estão disponíveis no endereço eletrônico www.comprasparana.pr.gov.br regulados pelo Decreto Estadual n.º 9762/13, e suas alterações, e pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, sendo de exclusiva responsabilidade de cada licitante a promoção das diligências necessárias junto ao **GMS/CFPR**, para cumprimento dos prazos estabelecidos neste edital.

12.2.3 - A empresa homologada deverá comprovar o credenciamento (caso ainda não o tenha feito), no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR, e nele a sua regularidade fiscal e trabalhista, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, prorrogável por igual período, mediante justificativa fundamentada da empresa e anuência da Administração quanto à concessão de novo prazo, contados a partir da convocação da Diretoria de Compras da Reitoria da UNIOESTE, para assinatura do contrato. Neste mesmo prazo, caberá à empresa homologada resolver possíveis pendências que eventualmente possa ter junto ao CADIN Estadual.

12.2.4 - O contrato relativo à presente licitação, somente será firmado com o licitante homologado, caso este possua o credenciamento no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR, em plena validade e sem restrições, o que será verificado por meio da emissão do Certificado de Regularidade Fiscal obtido no referido sistema, e não esteja inscrito no CADIN Estadual.

12.2.5 - Decorrido o prazo disposto no item 12.2.3 acima, e verificado pela Administração o não credenciamento da empresa junto ao GMS/CFPR, ou a irregularidade da mesma junto a este sistema ou ainda junto ao CADIN Estadual, a empresa homologada decairá do direito à contratação com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), sujeitando-se às sanções previstas na legislação vigente.

12.2.6 - Se a empresa homologada não efetuar o cadastro conforme previsto acima ou ainda não regularizar possíveis pendências junto ao CADIN Estadual, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e habilitação, nos termos do disposto na legislação vigente e nas normas disciplinadoras do presente edital.

12.2.7 - Findado o prazo recursal, o objeto desta licitação será submetido à consideração do Ordenador de Despesas para fins de adjudicação e homologação.

12.3 - Adjudicado e homologado o objeto da presente licitação, e estando cumpridas as exigências descritas nos Itens acima por parte da empresa licitante, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato (Anexo XIII), em até 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.3.1 - O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou seu preposto habilitado, cabendo à empresa vencedora desta licitação, informar de maneira formal à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), logo após o término deste certame, o nome do representante legal ou preposto habilitado, com o RG ou CPF, além de endereço e telefone para contato.

12.4 - A contratação formalizar-se-á mediante contrato administrativo, conforme Anexo XIII, para todos os fins e efeitos de direito, o qual estabelecerá as condições de execução do objeto, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, sujeitando-se aos preceitos de direito público, com a aplicação supletiva, no que couber, dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.5 - Uma vez homologado o resultado desta licitação, para a formalização do instrumento contratual, a proponente vencedora deverá observar o seguinte:

- a) A Seção de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), enviará o Contrato Administrativo (Anexo XIII), à proponente em arquivo com a extensão "PDF" (documento gerado no programa Adobe Acrobat®), por meio de correspondência eletrônica (*e-mail*), com solicitação de confirmação eletrônica do recebimento;
- b) A proponente deverá verificar seus dados constantes do documento, comunicando imediatamente à Seção de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), caso haja necessidade de correção;
- c) Estando corretos os dados constantes do documento, a proponente deverá efetuar a impressão do Contrato Administrativo em 03 (três) vias, providenciar a(s) assinatura(s), reconhecimento de firma em todas as vias e postá-las por via SEDEX, para devolução à Seção de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data

do recebimento do *e-mail*, sob pena de não o fazendo, acarretar a possibilidade de desclassificação de sua proposta, além das demais penalidades previstas neste Edital;

- d) Caso a proponente seja sediada ou possua representante na Região de Foz do Iguaçu, poderá, também no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, efetuar a retirada do instrumento convocatório e realizar a entrega das vias assinadas e já com o reconhecimento de firma respectivo, nas dependências da Seção de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), mediante protocolo de recebimento.

12.5.1. A comunicação de que trata a alínea “b”, do sub-item 12.5, deverá ser feita por escrito e enviada por meio de correspondência eletrônica, ou ainda por protocolo do documento na própria Seção de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu).

12.6 - A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), conforme o caso, designará um gestor e/ou fiscal, para acompanhar a execução das obrigações contratuais.

12.6.1 - Com referência ao objeto contratado, fica obrigada a empresa vencedora, à conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

12.6.2 - Ainda quando da execução dos serviços, a(s) Nota(s) Fiscal(is) da(s) empresa(s) contratada(s), deverá(ão) estar com o CNPJ e Razão Social rigorosamente iguais aos apresentados nos documentos de Habilitação.

12.6.3 - Não será aceito, sob nenhuma hipótese, mudança de CNPJ nas notas fiscais entregues referentes ao objeto, sob pena de aplicação de sanções à empresa vencedora.

12.7 - Caso a empresa esteja em débito ou apresente alguma irregularidade cadastral junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, os empenhos não poderão ser efetuados, e de consequência o contrato não terá validade nem eficácia.

12.8 - A restrição prevista neste item estende-se a empresas sediadas em outros Estados da Federação, que possuam filial no Estado do Paraná, em situação irregular com a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná.

12.9 - Para possibilitar a efetivação dos empenhos, a empresa será comunicada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, proceda a regularização de suas pendências junto à Receita Estadual do Paraná.

12.10 - Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e verificado pela UNIOESTE a continuidade da pendência, a empresa decairá do direito à contratação com a Universidade.

12.11 - A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos no item 12.3, ou não regularizar suas pendências conforme previsto no item 12.9, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, ou lote da licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.12 - O prazo de que trata o item **12.3** poderá ser revisto nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1.º e 2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.13 - O(s) gestor(es) registrará(ão) todas as ocorrências relacionadas com o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, determinando o que for necessário para adequação das irregularidades apuradas.

12.14 - Ao término do contrato, o registro das ocorrências deverá ser juntado ao processo, facultando-se à contratada a obtenção de cópias dos registros e informações das ocorrências.

12.15 - As decisões ou providências que ultrapassem a(s) competência(s) do(s) gestor(es), devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.16 - Os fatos que possam determinar prorrogação do prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação do atraso, só podem ser considerados se estiverem motivados e devidamente anotados no registro próprio.

12.17 - O contratado é obrigado ainda a:

- a) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- b) responder pelos danos causados diretamente à UNIOESTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelos servidores da UNIOESTE.

12.18 - Não será permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do objeto contratual, exceto no caso de serviços especializados, os quais se por ventura vierem a ser terceirizados, deverão vir acompanhados de sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

12.19 - A ata do certame será disponibilizada no *site* www.unioeste.br, para livre acesso, após o encerramento da sessão pública.

12.20 - O adjudicatário deverá prestar garantia para o(s) Lote(s) desta licitação, conforme item 17 deste edital.

12.20.1 - Dentre as obrigações previstas na minuta de contrato (Anexo XIII), a contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do trabalho abaixo:

a) fornecer aos seus empregados, gratuitamente, e exigir a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), adequados aos riscos e em perfeito estado de conservação e funcionamento;

b) fornecer, gratuitamente, aos seus empregados vestimenta de trabalho e garantir sua reposição, quando danificada, bem como local para vestiário dotado de armários individuais, observada a separação dos sexos, se necessário;

c) disponibilizar áreas de vivências;

d) garantir aos seus empregados o fornecimento de água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de recipientes coletivos, devendo ser fornecida por meio de copos individuais, ou bebedouros de jato inclinado e guarda-protetora, proibindo-se sua instalação em pias e lavatórios, e o uso de copos coletivos, com suprimento de água potável e fresca em quantidade superior a 1/4 (um quarto) de litro (250 ml) por hora/homem trabalho;

e) disponibilizar instalações sanitárias com permanente higienização, de sorte que sejam mantidos limpos e desprovidos de quaisquer odores, durante toda a jornada de trabalho;

f) oferecer a seus empregados condições de conforto e higiene que garantam refeições adequadas por ocasião dos intervalos previstos na jornada de trabalho;

g) no caso do trabalhador trazer a própria alimentação, a contratada deve garantir condições de conservação e higiene adequadas e os meios para o aquecimento em local próximo ao destinado às refeições;

h) fornecer aos seus empregados dispositivos térmicos que atendam ao aquecimento das refeições, em número suficiente para todos os usuários;

i) deverá apresentar à fiscalização da UNIOESTE e manter disponível nos canteiros de obras os seguintes documentos:

- cópia da página da Carteira de Trabalho (da página com foto, verso e contrato), ou documento equivalente (contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviço);

- cópia do Programa de Prevenção dos Riscos de Acidentes - PPRA;

- cópia do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO;

- cópia do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, quando couber;

- cópia do Comunicado de Acidentes de Trabalho - CAT, quando houver.

12.20.2 - Proibições da Contratada:

I - para a execução da obra, objeto do contrato, não será permitida a construção de alojamentos nas dependências da CONTRATANTE.

II - caso haja necessidade justificada de construção de alojamento por parte da Contratada, e desde que devidamente aprovada pela autoridade competente, a CONTRATADA deverá atender as seguintes exigências:

a) os alojamentos deverão ter área de circulação interna, nos dormitórios, com a largura mínima de 1,00 m (um metro);

b) o pé-direito dos alojamentos deverá obedecer às seguintes dimensões mínimas: 1) 2,60 m

(dois metros e sessenta centímetros) para cama simples; 2) 3,00 m (três metros) para camas duplas;

c) as paredes dos alojamentos poderão ser construídas em alvenaria de tijolo comum, em concreto ou em madeira;

d) os pisos dos alojamentos deverão ser impermeáveis, laváveis e de acabamento áspero. Deverão impedir a entrada de umidade e emanações no alojamento. Não deverão apresentar ressaltos e saliências, sendo o acabamento compatível com as condições mínimas de conforto térmico e higiene;

e) a cobertura dos alojamentos deverá ter estrutura de madeira ou metálica, as telhas poderão ser de barro ou de fibrocimento, e não haverá forro;

f) as janelas dos alojamentos deverão ser de madeira ou de ferro, de 0,60m x 0,60m (sessenta centímetros x sessenta centímetros), no mínimo;

g) a ligação do alojamento com o sanitário será feita através de portas, com mínimo de 0,80m x 2,10m (oitenta centímetros x dois metros e dez centímetros);

h) todo alojamento será provido de uma rede de iluminação, cuja fiação deverá ser protegida por eletrodutos;

i) nos alojamentos deverão ser instalados bebedouros de acordo com a descrição feita acima, ou seja, fornecimento de água potável, em condições higiênicas, fornecida por meio de copos individuais, ou bebedouros de jato inclinado e guarda-protetora, proibindo-se sua instalação em pias e lavatórios, e o uso de copos coletivos, com suprimento de água potável e fresca em quantidade superior a 1/4 (um quarto) de litro (250 ml) por hora/homem trabalho;

j) as pinturas das paredes, portas e janelas, móveis e utensílios, deverão obedecer ao seguinte: 1) alvenaria – tinta de base plástica; 2) ferro – tinta a óleo; 3) madeira – tinta especial retardante à ação do fogo;

k) as camas poderão ser de estrutura metálica ou de madeira, oferecendo perfeita rigidez;

l) os armários dos alojamentos poderão ser de aço ou de madeira, individuais e deverão ter as seguintes dimensões mínimas: 0,60m (sessenta centímetros) de frente x 0,45 (quarenta e cinco centímetros) de fundo x 0,90m (noventa centímetros) de altura;

m) não será permitido ventilação em dormitório, feita somente de modo indireto;

n) nos alojamentos deverão ser obedecidas as seguintes instruções gerais de uso: 1) todo quarto ou instalação deverá ser conservado limpo e todos eles serão pulverizados de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias; 2) sanitários deverão ser desinfetados diariamente; 3) o lixo deverá ser retirado diariamente e depositado em local adequado; 4) é proibida, nos dormitórios, a instalação para eletrodomésticos e o uso de fogareiro ou similares;

o) as instalações sanitárias, dos alojamentos, além de atender às exigências do item 24.1 da Norma Regulamentadora n.º 24, deverão fazer parte integrante do alojamento ou estar localizadas a uma distância máxima de 50,00 (cinquenta metros) do mesmo;

p) o pé-direito das instalações sanitárias será, no mínimo, igual ao do alojamento onde for contíguo, sendo permitidos rebaixos para as instalações hidráulicas de, no máximo, 0,40m (quarenta centímetros);

III - é vedada, a permanência de empregados, no local de trabalho e no alojamento, mesmo que fora da sede da obra, com moléstias infectocontagiosas.

12.20.3 - Conseqüências do descumprimento das obrigações por parte da contratada, e suas proibições:

I - paralisação imediata da obra, será a medida tomada pela CONTRATANTE caso venha a

ser informada, por qualquer meio, da ocorrência de irregularidades, ou que se verifique, “in loco”, o descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, conforto e higiene no local de trabalho.

II - rescisão ou cancelamento do contrato em face do descumprimento contratual, em caso de confirmação da denúncia ou vistoria e o não atendimento de adequação no prazo de 05 (cinco) dias, exigido pela CONTRATANTE.

13 - Sanções Administrativas para o caso de Inadimplemento Contratual

13.1 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, ou ainda, se for o caso, na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução após comunicação e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato.

13.2 - Em caso de atraso injustificado no cumprimento do cronograma da obra, bem como por inadimplemento das cláusulas do edital, poderá ser aplicada à contratada multa moratória de valor equivalente a 0,2% (zero vírgula dois por cento), sobre o valor da obra não executada, por dia de atraso, até o 10º (décimo) dia, limitada a 2% (dois por cento), do valor total da etapa em atraso, corrigido monetariamente até o adimplemento da obrigação pactuada.

13.3 - O atraso superior a 10 (dez) dias corridos, bem como o descumprimento de cláusulas e condições do Contrato Administrativo, configurará inadimplência da Contratada.

13.3.1 - Realizada a execução dos trabalhos com atraso, a UNIOESTE suspenderá o pagamento do respectivo documento fiscal até a apuração das causas que ensejaram o fato e avaliará quanto à aplicabilidade ou não da penalidade;

13.3.2 - Sendo cabível, a multa será descontada diretamente do pagamento do documento fiscal, caso ainda não paga, ou ainda, cobrada mediante procedimento administrativo ou judicial, conforme o caso;

13.3.3 - A aplicação da multa a que se refere o item 13.2, não impede que a UNIOESTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na legislação federal pertinente;

13.3.4 - As multas previstas no item citado, não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a empresa inadimplente da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.4 - Pela inadimplência, inexecução total ou parcial do contrato e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do objeto contratual que acarrete a rescisão deste, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

13.5 - As sanções administrativas previstas neste item **13** serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

13.6 - A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

14 - Critério de Reajuste

14.1 - O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não será reajustado.

15 - Medições e Condições de Pagamento

15.1 - O representante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, efetuará medições mensais a partir da expedição da Ordem de Execução de Serviços, e analisará o avanço físico real dos serviços e o cronograma, e verificará o exato cumprimento das obrigações do contrato no período da medição, quanto à quantidade, qualidade e ao prazo previsto para a execução, emitindo o boletim de medição que deverá ser assinado pela fiscalização da UNIOESTE e atestado pelo representante legal da empresa. Medida e atestada a execução dos serviços, conforme valores e percentuais informados através de orientação da fiscalização, a empresa contratada deverá emitir as notas fiscais para cada medição efetuada, referente à Fonte 281 (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE), em favor Universidade Estadual do Oeste do Paraná, CNPJ - 08.445.806/0001-03, com endereço à Universitária, 1619, cidade de Cascavel, estado do Paraná, CEP 85819110, telefone: (45) 3220-5676, e-mail: reitoria.financeiro@unioeste.br, C.M.C: 36387. Após a empresa contratada entregar as correspondentes notas fiscais relativas ao(s) Lote(s) 01 e/ou 02 (Fontes 281) deste edital, para o fiscal designado da UNIOESTE, este realizará a conferência e o competente atesto, fazendo o encaminhamento à Secretaria Financeira da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, que fará o envio a Divisão de Finanças da Reitoria, sendo que caberá à está última, a liquidação dos respectivos empenhos.

15.1.1 - Para o cumprimento do Item anterior, caberá à empresa CONTRATADA manter a regularidade de sua situação fiscal e trabalhista no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR (conforme Decreto Estadual n.º 9762/13, de 19 de dezembro de 2013 e suas alterações), sob pena de não o fazendo, estar impossibilitada de receber os pagamentos devidos até a efetiva regularização, se for o caso. Também caberá à empresa CONTRATADA não estar inscrita junto ao CADIN, sob pena de não cumprimento do Item já citado.

15.1.2 - Considerando que o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse -

SICONV, não operacionaliza pagamentos através de boleto bancário, solicitamos que a empresa contratada informe na(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), o banco, o número da agência bancária e o número da conta corrente para depósito (devendo ser do mesmo CNPJ apresentado na proposta). Enfatizamos que não será efetuada qualquer outra forma de pagamento que não seja depósito bancário.

15.1.3 - Considerando o Decreto Estadual n.º 4505/16, de 06 de julho de 2016, os empenhos efetuados com recursos do Tesouro, só poderão ter seus pagamentos efetivados em favor da contratada, por meio de depósito bancário em conta corrente ativa no Banco do Brasil.

15.1.4 - Executado o objeto deste edital, através de orientação da UNIOESTE, a CONTRATADA deverá discriminar na(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) que compõem o(s) Lote(s) desta licitação, os valores referentes aos materiais e aos serviços, bem como a correta discriminação dos impostos à serem retidos.

**15.1.5 - Na emissão da(s) nota(s) fiscal(is), a contratada deverá colocar no campo “dados adicionais” ou “outras informações”, o número do Convênio, conforme segue abaixo:
(Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**

15.2 - Para as notas relativas aos Lotes 01 e 02 (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE), o(s) qual(is) compõe esta licitação, os pagamentos serão mensais, e serão realizados de acordo com o cronograma físico e financeiro executado, e serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis após o adimplemento de cada parcela, e após a entrega dos documentos fiscais na Secretaria Financeira da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, referentes à medição previamente realizada pelo fiscal da obra.

15.3 - Para o(s) Lote(s) 01 e 02, o(s) qual(is) compõe esta licitação, em relação aos pagamentos das notas fiscais referentes à primeira medição, será exigida a renovação do Alvará de Construção emitido pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, além da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao CREA ou CAU, referente à execução da obra, e a respectiva matrícula junto ao INSS, caso necessário (justificar a dispensa da apresentação da matrícula do INSS conforme legislação vigente, indicando o artigo respectivo). Além desses documentos, será exigida da empresa contratada o boletim de medição, emitido pela fiscalização da UNIOESTE.

15.3.1 - Admitir-se-á o Protocolo de encaminhamento para a renovação do Alvará de Construção, desde que devidamente justificado pela empresa a falta deste.

15.3.2 - Havendo a entrega do Protocolo no primeiro pagamento, a entrega do Alvará deverá ocorrer para pagamento da segunda medição, podendo ser prorrogada a sua entrega, devendo neste caso ser justificada pela empresa através de manifestação formal, e desde que aceita pela Administração.

15.4 - Ainda para o(s) Lote(s) 01 e 02 desta licitação, a partir da segunda medição, deverão ser anexas cópias das GFIPs (Guias de Recolhimento do FGTS e Informação da Previdência Social), pagas pela contratada, referente ao mês imediatamente anterior e/ou desde a última medição, em número equivalente ao de funcionários na obra.

15.5 - Finalmente, para o(s) Lote(s) 01 e 02 desta licitação, para o pagamento das notas fiscais referentes à última medição, será exigida da contratada Termo de Recebimento Provisório expedido pela fiscalização da UNIOESTE.

15.6 - Não serão aceitos documentos e/ou notas fiscais de quaisquer outras despesas que não as constantes do Anexo VIII, Lote 01, deste edital.

15.6.1 - Em relação aos materiais da presente licitação, caberá ainda à(s) empresa(s) contratada(s), na emissão da(s) nota(s) fiscal(is), observar que a partir de 01/12/2010, conforme Protocolo ICMS n.º 42/2009 e NPF n.º 095/2009, é obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em substituição aos modelos 1 e 1A.

15.6.2 - Já com relação aos serviços da presente licitação, também caberá à(s) empresa(s) contratada(s), na emissão da(s) nota(s) fiscal(is), caso exigido pela fiscalização do domicílio da(s) Contratada(s), observar a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

15.7 - Solicitamos a discriminação no corpo das notas fiscais dos impostos IR, INSS, ISSQN, CSLL, PIS/PASEP e COFINS a serem retidos na fonte, percentuais e valores.

15.8 - Se a empresa está dispensada das retenções, esta deverá discriminar no corpo das notas fiscais a lei e o artigo a que se refere a isenção, e emitir declaração; caso contrário, os valores dos impostos serão retidos.

15.9 - A obra será recebida definitivamente decorridos 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento provisório e, se estiverem satisfeitas as seguintes condições:

- a) atendidas todas as reclamações da fiscalização referentes a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento da obra e/ou serviços executados;
- b) entrega à UNIOESTE de Certidão Negativa de Débitos, expedida pelo INSS, referente à Matrícula CEI da obra.
- c) entrega à UNIOESTE do Habite-se da edificação, expedido pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

15.10 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da lei orçamentária n.º 18948, de 22/12/2016 e até final de 2017, convênio 780581 MEC/FNDE, Fonte 281, no valor máximo de R\$ 370.099,20 (trezentos e setenta mil, noventa e nove reais e vinte centavos), para o Lote 01, e no valor máximo de R\$ 717.722,56 (setecentos e dezessete mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), para o Lote 02, perfazendo assim o valor total de R\$ 1.087.821,76 (um milhão, oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos), para esta licitação.

15.10.1 - Havendo erros nos documentos fiscais, ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, os mesmos ficarão pendentes e os pagamentos sustados, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Contratante.

15.11 - É obrigação da Contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por esta assumidas, a regularidade fiscal, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.12 - Para os fins de processamento dos pagamentos e liquidações do objeto da presente licitação, a Contratada deverá apresentar juntamente com as notas fiscais, cópia da Certidão Negativa de Débitos Tributários - CND, relativa às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

15.13 - Não sendo apresentadas as CND's no momento dos pagamentos das notas fiscais ou verificada, a qualquer tempo, a irregularidade fiscal da Contratada, a Contratante no primeiro caso suspenderá os pagamentos pelo prazo máximo de 10 (dez) dias corridos e, em ambos, notificará a Contratada do descumprimento da lei, e para que esta, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, efetue a regularidade do débito tributário ou apresente defesa, sob pena de rescisão unilateral do contrato pela Administração, bem como aplicação de multa, conforme previsto no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.14 - Ultrapassado o prazo previsto no sub-item acima, ou seja, de 05 (cinco) dias corridos, sem a apresentação de CND ou defesa por parte da Contratada, os pagamentos das notas fiscais serão efetuados, com desconto da multa e eventuais prejuízos decorrentes da rescisão (podendo ainda a Administração aplicar à contratada as sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93), liberando-se o saldo remanescente, se houver.

15.15 - Os documentos solicitados para os pagamentos deverão ser entregues em via original ou fotocópia autenticada.

15.16 - Na emissão das notas fiscais, a CONTRATADA deverá observar o Decreto Estadual n.º 1.980, de 21 de dezembro de 2007 - "Isenção de ICMS". (o referido ato normativo tem sua origem no Convênio CONFAZ 26/03, do qual o Estado do Paraná é signatário e estabelece tratamento diferenciado para as operações realizadas pela administração pública com empresas paranaenses), além do Decreto Estadual n.º 3.503, de 14 de dezembro de 2011, e suas alterações.

15.17 - A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições desta licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas contratações, considerando-se o valor inicial atualizado desta licitação, conforme prevê o § 1.º, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

16 - Subcontratação

16.1 - Não será permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do objeto contratual.

17 - Garantia da Execução do Contrato

17.1 - Executado o objeto do contrato, a contratada responderá pela solidez e segurança da obra durante o prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

17.2 - A empresa a ser contratada deverá prestar garantia por uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93: a) em dinheiro; b) seguro-garantia; c) fiança bancária; d) títulos da dívida pública. A garantia a ser prestada pela empresa contratada será liberada ou restituída pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), após o recebimento realizado pela Fiscalização da UNIOESTE.

17.3 - O valor da garantia será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato (Anexo XIII).

17.4 - Qualquer que seja a modalidade de garantia, o seu comprovante deverá ser apresentado em até **01 (um) dia útil antes da data limite para assinatura do contrato**, ou na impossibilidade devidamente e previamente justificada para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), na data da assinatura do contrato. O contrato não será assinado sem a prestação da garantia.

17.5 - Se a empresa optar pela garantia prestada em dinheiro, deverá entrar em contato com a Secretaria Financeira da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, pessoalmente ou através do fone (45) 3576.8123, com Elisangela Borges de Oliveira, para obter os dados da conta corrente para o depósito e demais informações necessárias.

17.6 - A garantia prestada na modalidade seguro-garantia deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

17.6.1 - Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice;

17.6.2 - Apresentação de comprovante de quitação do seguro, se for a vista, ou comprovantes de pagamentos mensais, até o recebimento definitivo dos serviços.

17.7 - A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito, deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

17.8 - A garantia prestada em títulos da dívida pública deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

17.8.1 - Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil através de registro no balanço patrimonial da licitante;

17.8.2 - Documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título;

a - só serão aceitos apenas e tão somente, títulos com vencimento passíveis de resgate

incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade do contrato, considerando seus possíveis aditamentos;

b - embora haja presunção de veracidade dos títulos oferecidos pela contratada, a UNIOESTE se reserva o direito de averiguar a sua autenticidade. Constatando indícios de fraude, serão tomadas as providências cabíveis;

c - na hipótese da garantia ser apresentada na modalidade de títulos da dívida pública, a qualquer tempo a CONTRATANTE poderá exigir sua substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data da intimação, em face da difícil equivalência financeira;

d - a falta de atendimento à convocação para substituição da garantia na forma e prazo especificados acima, sujeitará a CONTRATADA às penalidades do Item 13 do presente edital, sem prejuízo da rescisão do contrato por inadimplemento.

17.9 - Caso ocorra a prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada, pois a mesma acompanhará os eventuais ajustes de valor do contrato, devendo ser complementada pela Contratada, quando da celebração de termos aditivos ao contrato original. Havendo acréscimo no valor contratual, a contratada deverá proceder o reforço proporcional da garantia, sendo que o não atendimento por parte da Contratada, autoriza a UNIOESTE a descontar das faturas o valor correspondente.

17.10 - Na assinatura do contrato, será exigida garantia adicional, quando a licitante vencedora estiver enquadrada nas condições explicitadas no parágrafo 2.º, do artigo 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

17.11 - O não-recolhimento da garantia de fiel execução do contrato no prazo estabelecido no subitem 17.4 do presente edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o contrato não será assinado, sendo convocado a empresa classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, sendo aplicadas as penalidades cabíveis à empresa inadimplente.

17.12 - A garantia a ser prestada pela empresa contratada será liberada ou restituída pela Universidade, após o recebimento realizado pela Fiscalização da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

18 - Fiscalização

18.1 - A fiscalização do contrato e da obra será efetuada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, nos termos dos §§ 1.º e 2.º do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, e conforme previsto no contrato.

18.2 - A contratada deverá manter preposto, aceito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), no local da obra, para representá-la na execução do contrato, conforme Declaração do Anexo V.a.

18.3 - A fiscalização terá poderes para:

- a) aprovar ou desaprovar os serviços executados;
- b) aprovar ou desaprovar o dimensionamento das diversas equipes de trabalho;
- c) aprovar ou desaprovar os equipamentos utilizados para a execução da obra, colocados no local dos serviços, quanto às medidas de segurança necessárias;
- d) exigir o cumprimento de todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, especialmente quanto a utilização correta de equipamentos de proteção individual (EPI), além do cumprimento de todas as cláusulas contratuais;
- e) alterar parte do projeto executivo e/ou especificações técnicas, sempre que esta medida apresentar-se como comprovadamente necessária à execução da obra, conforme o dispositivo legal;
- f) exigir a retirada de qualquer empregado subordinado à contratada, que, a critério da fiscalização, comprometam o bom andamento dos serviços ou se recusem ao uso dos equipamentos de segurança e obediência às normas de segurança coletiva ou individual, conforme prescrito em lei especial.

18.4 - Caberá ainda à Contratada, na execução do contrato, atender às seguintes condições específicas ambientais, conforme o caso, e considerando o exposto no Decreto Estadual n.º 6.252/06, de 22/03/2006:

- a) recuperação ou reutilização, pelo fornecedor, do material de embalagem e dos produtos utilizados;
- b) entrega das mercadorias em recipientes reutilizáveis, sempre que possível;
- c) coleta, reciclagem ou reutilização, pelo fornecedor, dos resíduos produzidos durante ou depois da utilização ou do consumo de um produto;
- d) transporte e entrega de produtos químicos (como produtos de limpeza) concentrados, procedendo-se à diluição no local de utilização;
- e) utilização de produto biodegradável, sendo vedada a entrega ou utilização por parte do fornecedor, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de substâncias que destroem a camada de ozônio SDO, arroladas em resolução do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Excluem-se do disposto nesta alínea, os produtos e equipamentos considerados de uso essencial, tais como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar, além de serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração.
- f) é vedada a entrega por parte do fornecedor, de alimentos e de ingredientes alimentares que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados ou de animais alimentados com ração contendo ingrediente transgênico.

19 - Recebimento do Objeto

19.1 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas “a” e “b”, e art. 76 da Lei Federal n.º 8.666/93.

19.2 - Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato correrá por conta da contratada.

19.3 - Executado o contrato, a contratada deverá remover todos os entulhos e deixar o local da obra e suas adjacências em perfeito estado e em condições de utilização imediata, conforme legislação

vigente no município onde será realizada a obra.

20 - Recursos, Impugnações, Esclarecimentos e Providências

20.1 - Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

20.2 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer interessado em participar da licitação poderá, motivadamente, impugnar este edital, solicitar esclarecimentos ou providências a respeito desta licitação. Dúvidas técnicas poderão ser esclarecidas com o Engenheiro Paulo Henrique Gris, pelo fone: (45) 3220.3076.

20.3 - Os pedidos de impugnações, esclarecimentos, providências e a apresentação escrita dos recursos poderão ser protocolizados na Área de Protocolo Geral da UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), na Avenida Tarquinio Joslim dos Santos, 1300, Polo Universitário, CEP 85.870-650, Foz do Iguaçu, Paraná, no horário das 08:00 às 12:00 e/ou das 13:00 às 17:00 horas, com encaminhamento para a Comissão Permanente de Licitação, ou serem enviados pelo e-mail licitacao.foz.unioeste@gmail.com; conforme já descrito acima, será admitida a apresentação escrita do recurso e-mail, porém para o aceite deste, será necessária a confirmação do órgão licitante do recebimento do documento.

20.4 - A impugnação tempestivamente feita pelo licitante, não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.5 - Não serão conhecidas as impugnações imotivadas ou apresentadas fora do prazo legal.

21 - Disposições Gerais

21.1 - Não serão aceitas propostas enviadas por fac-símile, *e-mail* e/ou Internet.

21.2 - É facultada a apresentação dos Anexos em modelos próprios do proponente, desde que não descaracterizem suas finalidades.

Foz do Iguaçu - PR, 11 de outubro de 2017.

Prof. Dr. Fernando José Martins
Diretor Geral do Campus de Foz do Iguaçu
Port. N.º 0002/2016-GRE de 04.01.2016

Edna Maria da Silva Matte
Presidente da Comissão de Licitação
Port. N.º 0784/2017-GRE, de 07.02.2017

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO I

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (documento optativo papel timbrado da proponente)

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade sob n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência, n.º 002/2017, instaurado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu).

Na qualidade de representante legal da empresa _____, outorga-se ao(à) acima credenciado(a), dentre outros poderes, o de acordar, discordar e transigir, bem como para acompanhar e solucionar demais ocorrências, além do poder de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

_____, _____ de _____ novembro _____ de 2017 _____.

Assinatura do outorgante legal
da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO II

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
(documento obrigatório em papel timbrado da proponente)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:..... FONE/FAX: (0xx.....) e-mail:.....

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência, n.º 002/2017, instaurado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de novembro _____ de 2017 _____.

Assinatura do titular ou do representante
legal da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO III

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA
(documento optativo em papel timbrado da proponente)**

PROPONENTE:.....
ENDEREÇO:.....
CNPJ:..... FONE/FAX: (0xx.....) e-mail:

A proponente acima indicada, participante da licitação modalidade Concorrência, n.º 002/2017, por seu titular ou representante legal abaixo assinado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, renunciando expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados.

_____, _____ de novembro _____ de 2017.

Assinatura do titular ou do representante
legal da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO IV

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (documento obrigatório, papel timbrado da proponente)

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:.....FONE/FAX: (0xx.....) e-mail:.....

A proponente acima indicada, participante da licitação modalidade Concorrência n.º 002/2017, instaurada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), por seu titular ou representante legal abaixo assinado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e demais legislação pertinente, que, nos termos do § 6.º do artigo 27 da Lei Federal n.º 6.544/89, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, e que não possui empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 anos, salvo eventual condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....novembro.....de 2017.

Assinatura do titular ou do representante legal da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO V.a

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

**MODELO DE DECLARAÇÕES
(documento obrigatório, em papel timbrado da proponente)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:.....FONE/FAX: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência n.º 002/2017, instaurado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), que se nossa empresa for declarada adjudicatória do objeto:

- a) manteremos na obra, na qualidade de responsável técnico(a) na gerência de serviços, o(a) Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a), Senhor(a) _____, inscrito(a) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, sob n.º _____.
- b) manteremos na obra, como preposto(a), o(a) Senhor(a) _____, representante da empresa para a execução das cláusulas contratuais.
- c) disporemos de pessoal técnico qualificado necessário **para a conclusão do Bloco de Salas de Aula de Pós-Graduação (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**, do Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, e que os mesmos encontram-se devidamente registrados em CTPS, perante o Ministério do Trabalho, ou documento equivalente.

e/ou

- c) disporemos de pessoal técnico qualificado necessário **para a Construção do Espaço Multiuso (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**, do Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, e que os mesmos encontram-se devidamente registrados em CTPS, perante o Ministério do Trabalho, ou documento equivalente.
- d) disporemos dos equipamentos necessários **para a conclusão do Bloco de Salas de Aula de Pós-Graduação (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**, do Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

e/ou

d) disporemos dos equipamentos necessários **para a Construção do Espaço Multiuso (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**, do Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

e) que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de __ novembro __ de __ 2017 ____.

Assinatura do titular ou do representante
legal da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO V.b

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE NORMAS DO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
(documento obrigatório em papel timbrado da proponente)**

PROPONENTE:.....
ENDEREÇO:.....
CNPJ:..... FONE/FAX: (0xx.....) e-mail:.....

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência n.º 002/2017, instaurado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), de que cumprimos as normas regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, com ênfase nas Normas n.º 10, 18 e 24.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ novembro _____ de 2017 _____.

Assinatura do titular ou do representante
legal da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO V.c

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
(documento obrigatório em papel timbrado da proponente)**

Indicamos abaixo o/a(s) responsável(is) técnico/a(s), de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/66, e com as Resoluções n.º 278/73 e 317/83 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, e parágrafo 10 do artigo 30 da Lei Federal n.º 8.666/93, se adjudicatário do objeto da licitação.

1. Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a), Responsável Técnico(a) pelos serviços contratados:

Nome:

CREA ou CAU:

O/A(s) referido/a(s) responsável(is) registrará(ão) a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) no CREA ou CAU, conforme preceitua o artigo 1.º da Lei Federal n.º 6.496/77, e o artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/66, antes do início da obra, ficando sujeito(a) a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital da presente licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de novembro de 2017.

Assinatura do titular ou do representante
legal da empresa proponente

Proponente:

Nome do titular ou representante legal:

Cargo:

RG/CPF:

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO VI

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL
E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
(documento obrigatório em papel timbrado da proponente)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:.....FONE/FAX: (0xx.....) e-mail:.....

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência n.º 002/2017, instaurado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), de que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece o Decreto Estadual n.º 6.252/06, de 22 de março de 2006.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....,.....de...novembro....de 2017.

Assinatura do titular ou do representante
legal da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO VII

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA - ME, OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP
(documento obrigatório para microempresas e empresas de pequeno porte, em papel timbrado da proponente)

PROPONENTE:.....
ENDEREÇO:.....
CNPJ:..... FONE/FAX: (0xx.....) e-mail:.....

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência n.º 005/17, instaurado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), de que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando sujeita aos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de...novembro....de 2017.

Assinatura do titular ou do representante
legal da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO VIII

MEMORIAL DESCRITIVO

(em CD)

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO IX

ORÇAMENTO BÁSICO EM PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

(em CD)

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO X

MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

(em CD)

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO XI

PROJETO EXECUTIVO

(em CD)

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO XI.a

ATESTADO DE VISTORIA

Data: ____/____/2017__;

Empresa: _____

A Secretaria Administrativa do Campus de Foz do Iguaçu da UNIOESTE, atesta que a empresa acima identificada, por meio de seu(sua) responsável técnico(a), efetuou vistoria nas dependências do Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com o objetivo de conhecer o local onde serão prestados os serviços, conforme previsto no sub-item 5.13 do edital de licitação, em referência à empreitada por preço global, para a **para a conclusão do Bloco de Salas de Aula de Pós-Graduação (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE), e/ou a Construção do Espaço Multiuso (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**. A empresa declara que conhece as condições em que se encontram os locais vistoriados e que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto ao modo, condições e local da prestação dos serviços.

Responsável Técnico(a) da Empresa:

Nome:

Cargo/função:

N.º do CREA ou CAU:

Representante da UNIOESTE:

Nome:

Cargo/função:

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO XII

À Comissão de Licitação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (documento obrigatório em papel timbrado da proponente)

A empresa _____, estabelecida à _____, n.º _____, Cidade _____, Estado _____, CNPJ sob n.º _____, apresenta a sua proposta comercial relativa à licitação, modalidade Concorrência, n.º 002/2017, para a empreitada por preço global, **para a conclusão do Bloco das Salas de Aulas do Bloco de Pós-Graduação (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE) e/ou a Construção do Espaço Multiuso (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE)**, conforme edital de licitação e seus anexos, nas seguintes condições:

OBS: (apresentar uma proposta para cada lote)

a) Preço dos serviços: R\$._____ (por extenso), sendo R\$._____ referente aos materiais e R\$._____ para mão-de-obra, relativo ao Lote 01 e/ou Lote 02.

b) Prazo de execução dos serviços: 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para o Lote 01 e/ou 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para o Lote 02, conforme descrito no Anexo X do edital, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.

c) A presente proposta tem o prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data do protocolo constante no envelope **B**.

As condições de pagamento são as constantes no edital de licitação modalidade Concorrência, n.º 002/2017.

_____, _____ de _____ novembro _____ de 2017 _____.

Assinatura do titular ou do representante
legal da empresa proponente

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO XIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º...../.....

Contrato de Execução de Obra, que entre si celebram a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), e a Empresa.....

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por, XXXXXXXXXXXXXXXX, nomeada pela Portaria n.º XXXXXX - GRE, Id.:....., expedido por:....., e CPF:....., a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa....., pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua/Av....., n.º....., na cidade de....., Estado....., inscrita no CNPJ sob n.º....., representada neste ato pelo(a) Senhor(a)....., a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, assim como pelas condições do Edital da Concorrência n.º 002/2017, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de...../...../....., e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a empreitada por preço global, para obra XXXXXXXXX citar de acordo com o lote adjudicado.

Parágrafo Único

Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital da Concorrência n.º 002/2017, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta, em regime de

empreitada por preço global, para o objeto licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores de R\$....., sendo R\$.....referente aos materiais e R\$.....para mão-de-obra, relativo ao Lote 01 e/ou Lote 02, conforme constante na proposta.

CLÁUSULA QUARTA - MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro

O representante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, efetuará medições mensais a partir da expedição da Ordem de Execução de Serviços, e analisará o avanço físico real dos serviços e o cronograma, e verificará o exato cumprimento das obrigações deste contrato no período da medição, quanto à quantidade, qualidade e ao prazo previsto para a execução, emitindo o boletim de medição que deverá ser assinado pela fiscalização da UNIOESTE e atestado pelo representante legal da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

Medida e atestada a execução dos serviços, conforme valores e percentuais informados através de orientação da fiscalização, a CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais com as informações a seguir “Fonte 281 (Convênio 780581/2012 MEC/FNDE), em favor Universidade Estadual do Oeste do Paraná, CNPJ - 08.445.806/0001-03, com endereço à Universitária, 1619, cidade de Cascavel, estado do Paraná, CEP 85819110, telefone: (45) 3220-5676, e-mail: reitoria.financeiro@unioeste.br, C.M.C: 36387. Após a empresa contratada entregar as correspondentes notas fiscais relativas ao(s) Lote(s) 01 e/ou 02 (Fontes 281) do edital do certame, para o fiscal designado da UNIOESTE, este realizará a conferência e o competente atesto, fazendo o encaminhamento à Secretaria Financeira da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, que fará o envio a Divisão de Finanças da Reitoria, sendo que caberá à está última as providências necessárias para a liquidação dos respectivos empenhos.

a) Para o cumprimento do Parágrafo anterior, caberá à CONTRATADA manter a regularidade de sua situação fiscal e trabalhista no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - GMS/CFPR (conforme Decreto Estadual n.º 9762/13, de 19 de dezembro de 2013 e suas alterações), sob pena de não o fazendo, estar impossibilitada de receber os pagamentos devidos até a efetiva regularização, se for o caso. Também caberá à CONTRATADA não estar inscrita junto ao CADIN, sob pena de não cumprimento do Parágrafo já citado.

b) Considerando que o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, não operacionaliza pagamentos através de boleto bancário, solicitamos que a CONTRATADA informe na(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), o banco, o número da agência bancária e o número da conta corrente para depósito (devendo ser do mesmo CNPJ apresentado na proposta). Enfatizamos que não será efetuada qualquer outra forma de pagamento que não seja depósito bancário.

c) Considerando o Decreto Estadual n.º 4505/16, de 06 de julho de 2016, os empenhos efetuados com recursos do Tesouro, só poderão ter seus pagamentos efetivados em favor da CONTRATADA, por meio de depósito bancário em conta corrente ativa no Banco do Brasil.

d) Executado o objeto do edital, através de orientação da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá discriminar na(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) que compõem o Lote da licitação, os valores referentes aos materiais e aos serviços, bem como a correta discriminação dos impostos à serem retidos.

**e) Na emissão da(s) nota(s) fiscal(is), a CONTRATADA deverá colocar no campo “dados adicionais” ou “outras informações”, o número do Convênio, conforme segue abaixo:
Convênio 01.16.0027.00/FINEP - Ref. 0247/15**

Parágrafo Terceiro

Para as notas relativas ao Lote(s) 01 e/ou 02 (Fonte 281 - Convênio 780581/2012 MEC/FNDE), o qual compõe este contrato, os pagamentos serão mensais, e serão realizados de acordo com o cronograma físico e financeiro executado, e serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis após o adimplemento de cada parcela, e após a entrega dos documentos fiscais na Divisão de Finanças da Reitoria da UNIOESTE, referentes à medição previamente realizada pelo fiscal da obra.

Parágrafo Quarto

Para o Lote 01 e/ou Lote 02, o qual compõe este contrato, em relação aos pagamentos das notas fiscais referentes à primeira medição, será exigida a renovação do Alvará de Construção emitido pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, além da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao CREA ou CAU, referente à execução da obra, e a respectiva matrícula junto ao INSS, caso necessário (justificar a dispensa da apresentação da matrícula do INSS conforme legislação vigente, indicando o artigo respectivo). Além desses documentos, será exigida da CONTRATADA o boletim de medição, emitido pela fiscalização da CONTRATANTE.

- a) Admitir-se-á o Protocolo de encaminhamento para a renovação do Alvará de Construção, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA a falta deste.
- b) Havendo a entrega do Protocolo no primeiro pagamento, a entrega do Alvará deverá ocorrer para pagamento da segunda medição, podendo ser prorrogada a sua entrega, devendo neste caso ser justificada pela CONTRATADA através de manifestação formal, e desde que aceita pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto

Ainda para o Lote 01 e/ou Lote 02 deste contrato, a partir da segunda medição, deverão ser anexas cópias das GFIPs (Guias de Recolhimento do FGTS e Informação da Previdência Social), pagas pela CONTRATADA, referente ao mês imediatamente anterior e/ou desde a última medição, em número equivalente ao de funcionários na obra.

Parágrafo Sexto

Finalmente, para o Lote 01 e/ou Lote 02 deste contrato, para o pagamento das notas fiscais referentes à última medição, será exigida da CONTRATADA Termo de Recebimento Provisório expedido pela fiscalização da CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo

Não serão aceitos documentos e/ou notas fiscais de quaisquer outras despesas que não as constantes do Anexo VIII, Lote 01 e/ou Lote 02, do edital. **Em relação aos materiais da licitação, caberá ainda à(s) CONTRATADA(S), na emissão da(s) nota(s) fiscal(is), observar que a partir de 01/12/2010, conforme Protocolo ICMS n.º 42/2009 e NPF n.º 095/2009, é obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em substituição aos modelos 1 e 1A.**

Parágrafo Oitavo

A obra será recebida definitivamente decorridos 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento provisório e, se estiverem satisfeitas as seguintes condições:

- a) atendidas todas as reclamações da fiscalização referentes a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento da obra e/ou serviços executados;
- b) entrega à CONTRATANTE de Certidão Negativa de Débitos, expedida pelo INSS, referente à Matrícula CEI da obra;
- c) entrega à CONTRATANTE do Habite-se da edificação, expedido pela Prefeitura Municipal de Toledo.

Parágrafo Nono

É obrigação da CONTRATADA manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por esta assumidas, a regularidade fiscal, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Décimo

Para os fins de processamento dos pagamentos e liquidações do objeto do presente contrato, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com as notas fiscais, cópia da Certidão Negativa de Débitos Tributários - CND, relativa às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo Décimo Primeiro

Não sendo apresentadas as CND's no momento dos pagamentos das notas fiscais ou verificada, a qualquer tempo, a irregularidade fiscal da CONTRATADA, a CONTRATANTE no primeiro caso suspenderá os pagamentos pelo prazo máximo de 10 (dez) dias corridos e, em ambos, notificará a CONTRATADA do descumprimento da lei, e para que esta, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, efetue a regularidade do débito tributário ou apresente defesa, sob pena de rescisão unilateral deste contrato pela Administração, bem como aplicação de multa, conforme previsto no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Décimo Segundo

Ultrapassado o prazo previsto no parágrafo acima, ou seja, de 05 (cinco) dias corridos, sem a apresentação de CND ou defesa por parte da CONTRATADA, os pagamentos das notas fiscais serão efetuados, com desconto da multa e eventuais prejuízos decorrentes da rescisão (podendo

ainda a Administração aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93), liberando-se o saldo remanescente, se houver.

Parágrafo Décimo Terceiro

Os documentos solicitados para os pagamentos deverão ser entregues em via original ou fotocópia autenticada.

Parágrafo Décimo Quarto

Na emissão das notas fiscais, a CONTRATADA deverá observar o Decreto Estadual n.º 1.980, de 21 de dezembro de 2007 - "Isenção de ICMS". (o referido ato normativo tem sua origem no Convênio CONFAZ 26/03, do qual o Estado do Paraná é signatário e estabelece tratamento diferenciado para as operações realizadas pela administração pública com empresas paranaenses), além do Decreto Estadual n.º 3.503, de 14 de dezembro de 2011, e suas alterações.

Parágrafo Décimo Quinto

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas contratações, considerando-se o valor inicial atualizado deste contrato, conforme prevê o § 1.º, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Décimo Sexto

Já com relação aos serviços da licitação, também caberá à(s) CONTRATADA(S), na emissão da(s) nota(s) fiscal(is), caso exigido pela fiscalização do domicílio da(s) CONTRATADA(S), observar a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

Parágrafo Décimo Sétimo

Solicitamos a discriminação no corpo das notas fiscais dos impostos IR, INSS, ISSQN, CSLL, PIS/PASEP e COFINS a serem retidos na fonte, percentuais e valores.

Parágrafo Décimo Oitavo

Se a CONTRATADA está dispensada das retenções, esta deverá discriminar no corpo das notas fiscais a lei e o artigo a que se refere a isenção, e emitir declaração; caso contrário, os valores dos impostos serão retidos.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSO FINANCEIRO

Os pagamentos decorrentes da execução do objeto do presente contrato serão efetuados à conta dos recursos da lei orçamentária n.º 18948, de 22/12/2016 e até final de 2017, convênio 780581 MEC/FNDE, Fonte 281, no valor máximo de R\$ 370.099,20 (trezentos e setenta mil, noventa e nove reais e vinte centavos), para o Lote 01, e no valor máximo de R\$ 717.722,56 (setecentos e dezessete mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), para o Lote 02, perfazendo assim o valor total de R\$ 1.087.821,76 (um milhão, oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos), para este contrato.

a) Havendo erros nos documentos fiscais, ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, os mesmos ficarão pendentes e os pagamentos sustados, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço estabelecido no presente Contrato não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES DO CONTRATO

O(s) prazo(s) máximo(s) para a execução do(s) presente(s) Contrato(s) e para a entrega do objeto da licitação, é de **240 (duzentos e quarenta) dias corridos para o Lote 01 e/ou XXXXXX** para o lote 02 Lote 02, e serão contados a partir da expedição da Ordem de Execução de Serviços.

Parágrafo Primeiro

O prazo máximo para o início da etapa de execução da obra é de 05 (cinco) dias corridos, e será contado a partir da expedição da Ordem de Execução de Serviços.

Parágrafo Segundo

Executado o presente contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas “a” e “b”, e art. 76 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

O presente objeto contratual será recebido definitivamente, nos termos do art. 73, inciso I, alínea “b”, após o decurso do prazo de observação que será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento provisório.

Parágrafo Quarto

Os prazos estabelecidos nos parágrafos primeiro e segundo acima poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, §§ 1.º e 2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Quinto

Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto deste contrato correrá por conta da CONTRATADA.

Parágrafo Sexto

Executado este contrato, a CONTRATADA deverá remover todos os entulhos e deixar o local da obra e suas adjacências em perfeito estado e em condições de utilização imediata, conforme legislação vigente no município onde será realizada a obra.

Parágrafo Sétimo

Com referência ao presente objeto contratado, fica obrigada a CONTRATADA, à conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo Oitavo

A CONTRATANTE, conforme o caso, designará um gestor ou fiscal, para acompanhar a execução das presentes obrigações contratuais.

I - Ainda quando da execução dos serviços, a(s) Nota(s) Fiscal(is) da(s) CONTRATADA(S), deverá(ão) estar com o CNPJ e Razão Social rigorosamente iguais aos apresentados nos documentos de Habilitação.

II - Não será aceito, sob nenhuma hipótese, mudança de CNPJ nas notas fiscais entregues referentes ao objeto, sob pena de aplicação de sanções à CONTRATADA.

Parágrafo Nono

Caso a CONTRATADA esteja em débito ou apresente alguma irregularidade cadastral junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, os empenhos não poderão ser efetuados, e de consequência o presente contrato não terá validade nem eficácia.

Parágrafo Décimo

A restrição prevista no parágrafo anterior estende-se a empresas sediadas em outros Estados da Federação, que possuam filial no Estado do Paraná, em situação irregular com a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná.

Parágrafo Décimo Primeiro

Para possibilitar a efetivação dos empenhos, a CONTRATADA será comunicada pela CONTRATANTE, para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, proceda a regularização de suas pendências junto à Receita Estadual do Paraná.

Parágrafo Décimo Segundo

Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e verificado pela CONTRATANTE a continuidade da pendência, a CONTRATADA decairá do direito à contratação com a Universidade.

Parágrafo Décimo Terceiro

A CONTRATANTE poderá, quando a CONTRATADA não assinar o presente contrato no prazo e condições estabelecidos no edital licitatório, ou não regularizar suas pendências conforme previsto no Parágrafo Décimo Primeiro, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Décimo Quarto

O(s) gestor(es) registrará(ão) todas as ocorrências relacionadas com o cumprimento das obrigações estabelecidas no presente contrato, determinando o que for necessário para adequação das irregularidades apuradas.

Parágrafo Décimo Quinto

Ao término do presente contrato, o registro das ocorrências deverá ser juntado ao processo, facultando-se à CONTRATADA a obtenção de cópias dos registros e informações das ocorrências.

Parágrafo Décimo Sexto

As decisões ou providências que ultrapassarem a(s) competência(s) do(s) gestor(es), devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo Décimo Sétimo

Os fatos que possam determinar prorrogação do prazo, reajustamento do presente valor contratual ou justificação do atraso, só podem ser considerados se estiverem motivados e devidamente anotados no registro próprio.

Parágrafo Décimo Oitavo

A CONTRATADA é obrigada ainda a:

- a) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- b) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelos servidores da CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Nono

Não será permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do presente objeto contratual.

Parágrafo Vigésimo

A CONTRATADA deverá prestar garantia para o Lote 01 e/ou Lote 02 do edital licitatório, conforme Cláusula Nona do presente Contrato.

1 - Dentre as obrigações previstas no presente Contrato, a CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do trabalho abaixo:

- a) fornecer aos seus empregados, gratuitamente, e exigir a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), adequados aos riscos e em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- b) fornecer, gratuitamente, aos seus empregados vestimenta de trabalho e garantir sua reposição, quando danificada, bem como local para vestiário dotado de armários individuais, observada a separação dos sexos, se necessário;
- c) disponibilizar áreas de vivências;
- d) garantir aos seus empregados o fornecimento de água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de recipientes coletivos, devendo ser fornecida por meio de copos individuais, ou bebedouros de jato inclinado e guarda-protetora, proibindo-se sua instalação em pias e lavatórios, e o uso de copos coletivos, com suprimento de água potável e fresca em quantidade superior a 1/4 (um quarto) de litro (250 ml) por hora/homem trabalho;
- e) disponibilizar instalações sanitárias com permanente higienização, de sorte que sejam mantidos limpos e desprovidos de quaisquer odores, durante toda a jornada de trabalho;
- f) oferecer a seus empregados condições de conforto e higiene que garantam refeições adequadas por ocasião dos intervalos previstos na jornada de trabalho;

g) no caso do trabalhador trazer a própria alimentação, a CONTRATADA deve garantir condições de conservação e higiene adequadas e os meios para o aquecimento em local próximo ao destinado às refeições;

h) fornecer aos seus empregados dispositivos térmicos que atendam ao aquecimento das refeições, em número suficiente para todos os usuários;

i) deverá apresentar à fiscalização da CONTRATANTE e manter disponível nos canteiros de obras os seguintes documentos:

- cópia da página da Carteira de Trabalho (da página com foto, verso e contrato), ou documento equivalente (contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviço);
- cópia do Programa de Prevenção dos Riscos de Acidentes - PPRA;
- cópia do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO;
- cópia do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, quando couber;
- cópia do Comunicado de Acidentes de Trabalho - CAT, quando houver.

2 - Proibições da CONTRATADA:

I - para a execução da obra, objeto deste contrato, não será permitida a construção de alojamentos nas dependências da CONTRATANTE.

II - caso haja necessidade justificada de construção de alojamento por parte da CONTRATADA, e desde que devidamente aprovada pela autoridade competente, a CONTRATADA deverá atender as seguintes exigências:

a) os alojamentos deverão ter área de circulação interna, nos dormitórios, com a largura mínima de 1,00 m (um metro);

b) o pé-direito dos alojamentos deverá obedecer às seguintes dimensões mínimas: 1) 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros) para cama simples; 2) 3,00 m (três metros) para camas duplas;

c) as paredes dos alojamentos poderão ser construídas em alvenaria de tijolo comum, em concreto ou em madeira;

d) os pisos dos alojamentos deverão ser impermeáveis, laváveis e de acabamento áspero. Deverão impedir a entrada de umidade e emanações no alojamento. Não deverão apresentar ressaltos e saliências, sendo o acabamento compatível com as condições mínimas de conforto térmico e higiene;

e) a cobertura dos alojamentos deverá ter estrutura de madeira ou metálica, as telhas poderão ser de barro ou de fibrocimento, e não haverá forro;

f) as janelas dos alojamentos deverão ser de madeira ou de ferro, de 0,60m x 0,60m (sessenta centímetros x sessenta centímetros), no mínimo;

g) a ligação do alojamento com o sanitário será feita através de portas, com mínimo de 0,80m x 2,10m (oitenta centímetros x dois metros e dez centímetros);

h) todo alojamento será provido de uma rede de iluminação, cuja fiação deverá ser protegida por eletrodutos;

i) nos alojamentos deverão ser instalados bebedouros de acordo com a descrição feita acima, ou seja, fornecimento de água potável, em condições higiênicas, fornecida por meio de copos individuais, ou bebedouros de jato inclinado e guarda-protetora, proibindo-se sua instalação em pias e lavatórios, e o uso de copos coletivos, com suprimento de água potável e fresca em quantidade

superior a 1/4 (um quarto) de litro (250 ml) por hora/homem trabalho;

j) as pinturas das paredes, portas e janelas, móveis e utensílios, deverão obedecer ao seguinte: 1) alvenaria – tinta de base plástica; 2) ferro – tinta a óleo; 3) madeira – tinta especial retardante à ação do fogo;

k) as camas poderão ser de estrutura metálica ou de madeira, oferecendo perfeita rigidez;

l) os armários dos alojamentos poderão ser de aço ou de madeira, individuais e deverão ter as seguintes dimensões mínimas: 0,60m (sessenta centímetros) de frente x 0,45 (quarenta e cinco centímetros) de fundo x 0,90m (noventa centímetros) de altura;

m) não será permitido ventilação em dormitório, feita somente de modo indireto;

n) nos alojamentos deverão ser obedecidas as seguintes instruções gerais de uso: 1) todo quarto ou instalação deverá ser conservado limpo e todos eles serão pulverizados de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias; 2) sanitários deverão ser desinfetados diariamente; 3) o lixo deverá ser retirado diariamente e depositado em local adequado; 4) é proibida, nos dormitórios, a instalação para eletrodomésticos e o uso de fogareiro ou similares;

o) as instalações sanitárias, dos alojamentos, além de atender às exigências do item 24.1 da Norma Regulamentadora n.º 24, deverão fazer parte integrante do alojamento ou estar localizadas a uma distância máxima de 50,00 (cinquenta metros) do mesmo;

p) o pé-direito das instalações sanitárias será, no mínimo, igual ao do alojamento onde for contíguo, sendo permitidos rebaixos para as instalações hidráulicas de, no máximo, 0,40m (quarenta centímetros);

III - é vedada, a permanência de empregados, no local de trabalho e no alojamento, mesmo que fora da sede da obra, com moléstias infectocontagiosas.

3 - Conseqüências do descumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, e suas proibições:

I - paralisação imediata da obra, será a medida tomada pela CONTRATANTE caso venha a ser informada, por qualquer meio, da ocorrência de irregularidades, ou que se verifique, “in loco”, o descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, conforto e higiene no local de trabalho.

II - rescisão ou cancelamento deste contrato em face do descumprimento contratual, em caso de confirmação da denúncia ou vistoria e o não atendimento de adequação no prazo de 05 (cinco) dias, exigido pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento ajustado e dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução deste Contrato.

b) fiscalizar a execução deste contrato em sua plenitude, como:

1 - exigir da CONTRATADA a apresentação de carteira de trabalho, devidamente registrada (arts. 29 e 41 da CLT), dos empregados que prestarem serviços na obra objeto deste contrato;

2 - exigir da CONTRATADA apresentação dos comprovantes de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários que prestarem serviços na obra;

3 - exigir da CONTRATADA a apresentação das certidões negativas de débitos fiscais - Federal, Estadual e Municipal;

4 - exigir da CONTRATADA a apresentação das certidões negativas previdenciárias - INSS e FGTS;

5 - exigir da CONTRATADA o cumprimento fiel das diretrizes das normas regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, com ênfase nas Normas n.º 18 e 24, do MTE.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) prestar a execução dos serviços na forma ajustada;

b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

c) manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução deste Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com os equipamentos individuais necessários;

f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

g) responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro

Executado o objeto deste contrato, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra durante o prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA deverá prestar garantia por uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93: a) em dinheiro; b) seguro-garantia; c) fiança bancária; d) títulos da dívida pública. A garantia a ser prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), após o recebimento realizado pela Fiscalização da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro

O valor da garantia será de 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato.

Parágrafo Quarto

Qualquer que seja a modalidade de garantia, o seu comprovante deverá ser apresentado em até **01 (um) dia útil antes da data limite para assinatura deste contrato**, ou na impossibilidade devidamente e previamente justificada para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), na data da assinatura deste contrato. Este contrato não será assinado sem a prestação da garantia.

Parágrafo Quinto

Se a CONTRATADA optar pela garantia prestada em dinheiro, deverá entrar em contato com a Secretaria Financeira da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, pessoalmente ou através do fone (45) 3576.8123, com Elisangela Borges de Oliviera, para obter os dados da conta corrente para o depósito e demais informações necessárias.

Parágrafo Sexto

A garantia prestada na modalidade seguro-garantia deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

1 - Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice;

2 - Apresentação de comprovante de quitação do seguro, se for a vista, ou comprovantes de pagamentos mensais, até o recebimento definitivo dos serviços.

Parágrafo Sétimo

A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito, deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Oitavo

A garantia prestada em títulos da dívida pública deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

1 - Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil através de registro no balanço patrimonial da CONTRATADA;

2 - Documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título;

a - só serão aceitos apenas e tão somente, títulos com vencimento passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade deste contrato, considerando seus possíveis aditamentos;

b - embora haja presunção de veracidade dos títulos oferecidos pela CONTRATADA, a CONTRATANTE se reserva o direito de averiguar a sua autenticidade. Constatando indícios de fraude, serão tomadas as providências cabíveis;

c - na hipótese da garantia ser apresentada na modalidade de títulos da dívida pública, a

qualquer tempo a CONTRATANTE poderá exigir sua substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data da intimação, em face da difícil equivalência financeira;

d - a falta de atendimento à convocação para substituição da garantia na forma e prazo especificados acima, sujeitará a CONTRATADA às penalidades do Item 13 do edital licitatório, sem prejuízo da rescisão deste contrato por inadimplemento.

Parágrafo Nono

Caso ocorra a prorrogação deste contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada, pois a mesma acompanhará os eventuais ajustes de valor deste contrato, devendo ser complementada pela CONTRATADA, quando da celebração de termos aditivos ao contrato original. Havendo acréscimo no valor contratual, a CONTRATADA deverá proceder o reforço proporcional da garantia, sendo que o não atendimento por parte da CONTRATADA, autoriza a CONTRATANTE a descontar das faturas o valor correspondente.

Parágrafo Décimo

Na assinatura deste contrato, será exigido garantia adicional, quando a CONTRATADA estiver enquadrada nas condições explicitadas no parágrafo 2.º, do artigo 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Décimo Primeiro

O não-recolhimento da garantia de fiel execução deste contrato no prazo estabelecido no Parágrafo Quarto acima do presente contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e este contrato não será assinado, sendo convocada a empresa classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, sendo aplicadas as penalidades cabíveis à empresa inadimplente.

Parágrafo Décimo Segundo

A garantia a ser prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída pela CONTRATANTE, após o recebimento realizado pela Fiscalização da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar este contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, ou ainda, se for o caso, na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução após comunicação e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento), sobre o valor deste contrato.

Parágrafo Segundo

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do cronograma da obra, bem como por inadimplemento das cláusulas do edital, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,2% (zero vírgula dois por cento), sobre o valor da obra não executada, por dia de atraso, até o 10º (décimo) dia, limitada a 2% (dois por cento), do valor total da etapa em atraso,

corrigido monetariamente até o adimplemento da obrigação pactuada.

Parágrafo Terceiro

O atraso superior a 10 (dez) dias corridos, bem como o descumprimento de cláusulas e condições do presente Contrato Administrativo, configurará inadimplência da CONTRATADA.

I - Realizada a execução dos trabalhos com atraso, a CONTRATANTE suspenderá o pagamento do respectivo documento fiscal até a apuração das causas que ensejaram o fato e avaliará quanto à aplicabilidade ou não da penalidade;

II - Sendo cabível, a multa será descontada diretamente do pagamento do documento fiscal, caso ainda não paga, ou ainda, cobrada mediante procedimento administrativo ou judicial, conforme o caso;

III - A aplicação da multa a que se refere o Inciso II acima, não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o presente contrato e aplique as demais sanções previstas na legislação federal pertinente;

IV - As multas previstas no inciso citado, não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Quarto

Pela inadimplência, inexecução total ou parcial deste Contrato, e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do presente objeto contratual que acarrete a rescisão deste, a CONTRATANTE, poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% (vinte por cento), sobre o valor total deste Contrato.

Parágrafo Quinto

As sanções administrativas previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Sexto

A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas ou danos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 81 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como, em razão dos descumprimentos das normas de segurança do trabalho descritas no presente instrumento contratual.

Parágrafo Único

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 81 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro

A fiscalização deste contrato e da obra será efetuada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu), nos termos dos §§ 1.º e 2.º do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, e conforme previsto neste contrato.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da obra, para representá-la na execução deste contrato, conforme Declaração do Anexo V.a, do edital licitatório.

Parágrafo Terceiro

A fiscalização terá poderes para:

- a) aprovar ou desaprovar os serviços executados;
- b) aprovar ou desaprovar o dimensionamento das diversas equipes de trabalho;
- c) aprovar ou desaprovar os equipamentos utilizados para a execução da obra, colocados no local dos serviços, quanto às medidas de segurança necessárias;
- d) exigir o cumprimento de todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, especialmente quanto a utilização correta de equipamentos de proteção individual (EPI), além do cumprimento de todas as cláusulas contratuais;
- e) alterar parte do projeto executivo e/ou especificações técnicas, sempre que esta medida apresentar-se como comprovadamente necessária à execução da obra, conforme o dispositivo legal;
- f) exigir a retirada de qualquer empregado subordinado à CONTRATADA, que, a critério da fiscalização, comprometam o bom andamento dos serviços ou se recusem ao uso dos equipamentos de segurança e obediência às normas de segurança coletiva ou individual, conforme prescrito em lei especial.

Parágrafo Quarto

Caberá ainda à CONTRATADA, na execução deste contrato, atender às seguintes condições específicas ambientais, conforme o caso, e considerando o exposto no Decreto Estadual n.º 6.252/06, de 22/03/2006:

- a) recuperação ou reutilização, pelo fornecedor, do material de embalagem e dos produtos utilizados;
- b) entrega das mercadorias em recipientes reutilizáveis, sempre que possível;
- c) coleta, reciclagem ou reutilização, pelo fornecedor, dos resíduos produzidos durante ou depois da utilização ou do consumo de um produto;
- d) transporte e entrega de produtos químicos (como produtos de limpeza) concentrados, procedendo-se à diluição no local de utilização;
- e) utilização de produto biodegradável, sendo vedada a entrega ou utilização por parte do fornecedor, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de substâncias que destroem a camada de ozônio SDO, arroladas em resolução do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Excluem-se do disposto nesta alínea, os produtos e equipamentos considerados de uso

essencial, tais como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar, além de serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração;

f) é vedada a entrega por parte do fornecedor, de alimentos e de ingredientes alimentares que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados ou de animais alimentados com ração contendo ingrediente transgênico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DURAÇÃO

O presente Contrato terá o prazo de duração de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura deste, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Foz do Iguaçu, de de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Processo n.º 52.428/2017

Concorrência n.º 002/2017 - UNIOESTE (Campus de Foz do Iguaçu)

ANEXO XIV

CD CONTENDO:

- **Modelo de Carta de Credenciamento;**
- **Modelo de Declarações;**
- **Memorial Descritivo;**
- **Orçamento Básico em Planilha Orçamentária;**
- **Modelo de Cronograma Físico e Financeiro;**
- **Projeto Executivo;**
- **Modelo de Proposta Comercial;**
- **Projeto Arquitetônico;**
- **Demais Projetos Complementares.**